



1º Diagnóstico de gênero da Defensoria Pública do Rio de Janeiro

1. Introdução:

A Defensoria Pública do Rio de Janeiro conta, atualmente, com 794 defensores, dos quais 532 são mulheres, e 1440 funcionários, dos quais 857 são mulheres. Diante desses números, surge a importância da formulação de políticas institucionais que atendam a realidade da mulher.

Para dar início à elaboração de qualquer política pública, é preciso, em primeiro lugar, mapear quais são as questões a serem enfrentadas, elaborando um diagnóstico que possibilite a escolha de objetivos, prioridades e metas a serem alcançadas.

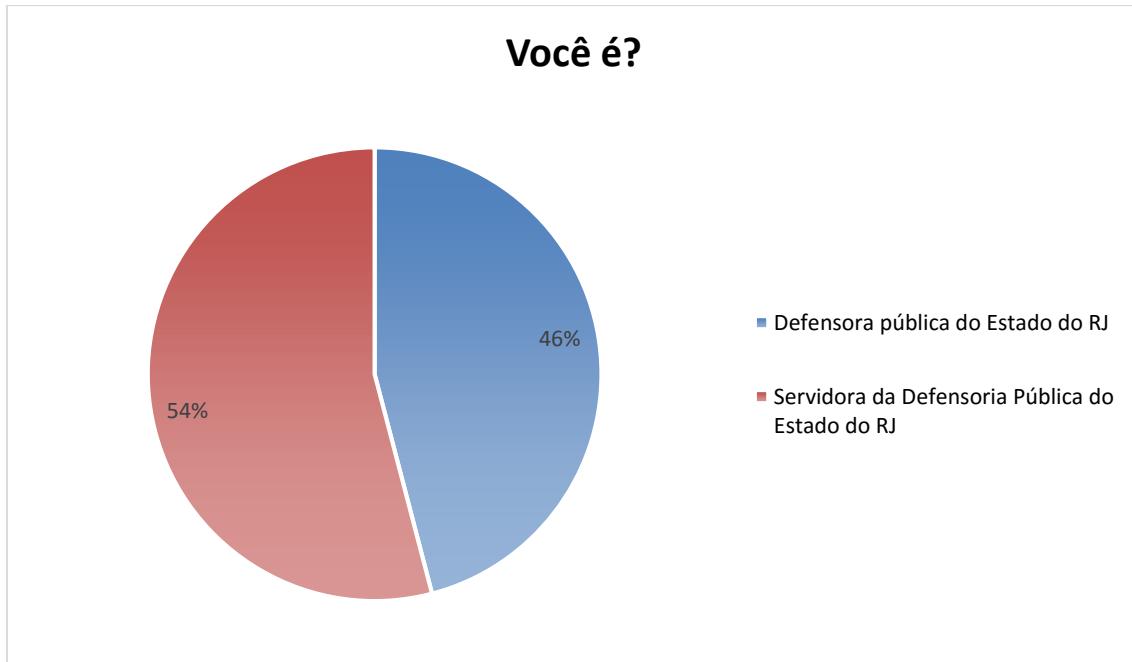
Nesse sentido, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro propôs a aplicação de um formulário, em conjunto com a Associação de Defensores Públicos do Rio de Janeiro, a Associação dos Servidores da Defensoria Pública do Rio de Janeiro e o Fórum Justiça, para que servidoras e defensoras públicas pudessem colocar as principais questões enfrentadas pelas mulheres no ambiente institucional.

O formulário foi elaborado com a intenção de conhecer quem é a defensora e a servidora que trabalham na Defensoria Pública e saber o que pensam sobre a instituição e as oportunidades que lhes foram oferecidas, tendo sido disponibilizado na plataforma do Google forms entre 30 de novembro de 2017 e 28 de fevereiro de 2018, com ampla divulgação nos canais institucionais de comunicação.

Até a data de fechamento do formulário (28/02/2018) foram recebidas 405 respostas. Considerando o total de servidoras e defensoras públicas, para que a pesquisa fosse representativa seria preciso 302 respostas. No total, 186 defensoras públicas e 219 servidoras da Defensoria Pública responderam o questionário. As respostas serão apresentadas de forma agrupada, divididas apenas entre defensoras públicas e servidoras, para evitar qualquer identificação. Todas as servidoras, estatutárias, extra-quadro e cedidas, podiam respondem a pergunta.



2. Perfil das respostas:

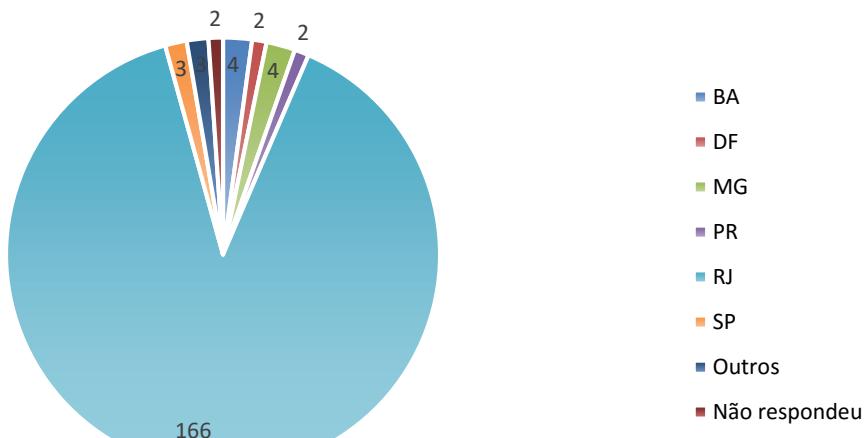


a) Defensoras públicas da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro:

A maioria das defensoras nasceram no Estado do Rio de Janeiro (89%). Foram agrupados como outros as ocorrências que só apareceram uma vez.

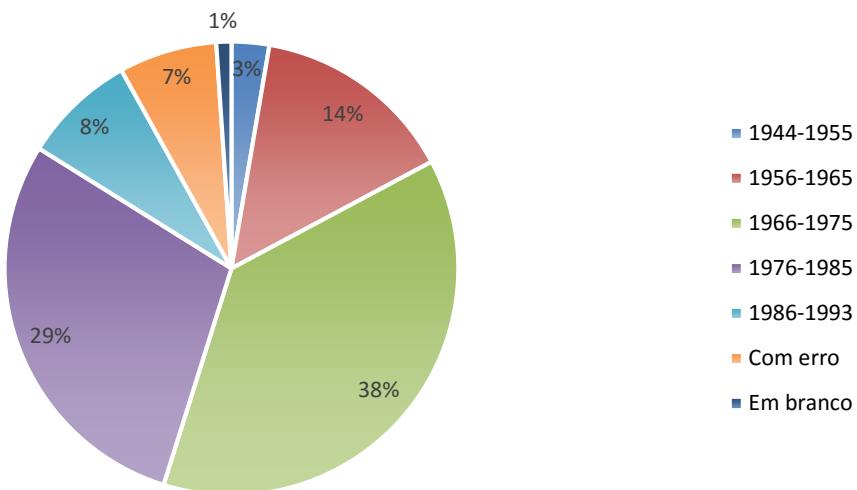


Onde você nasceu?



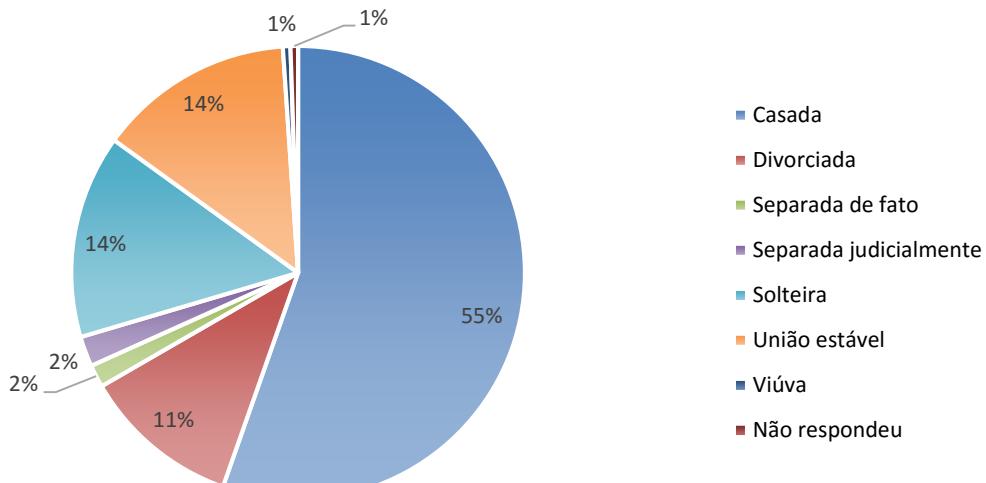
A maioria das defensoras (67%) tem entre 32 e 51 anos e é casada ou vive em união estável (69%). 74% possuem filhos, que variam entre 1 e 4, sendo que grande parte tem um filho (36%) ou dois filhos (56%).

Quando você nasceu?

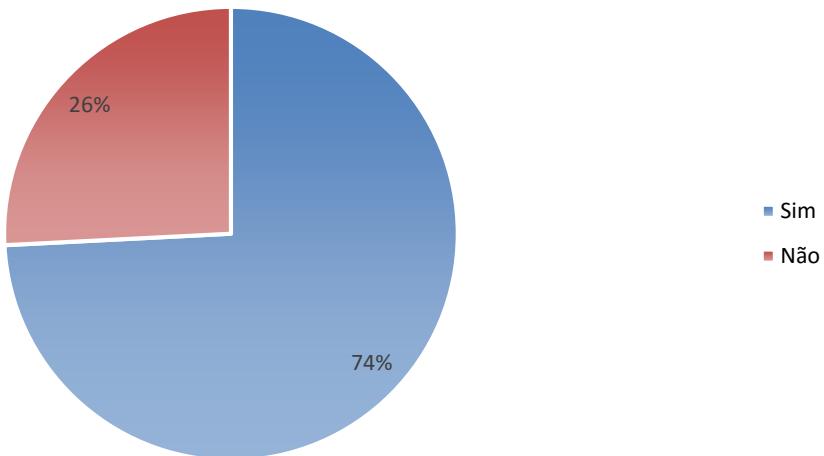




Qual o seu estado civil?



Você tem filhos?

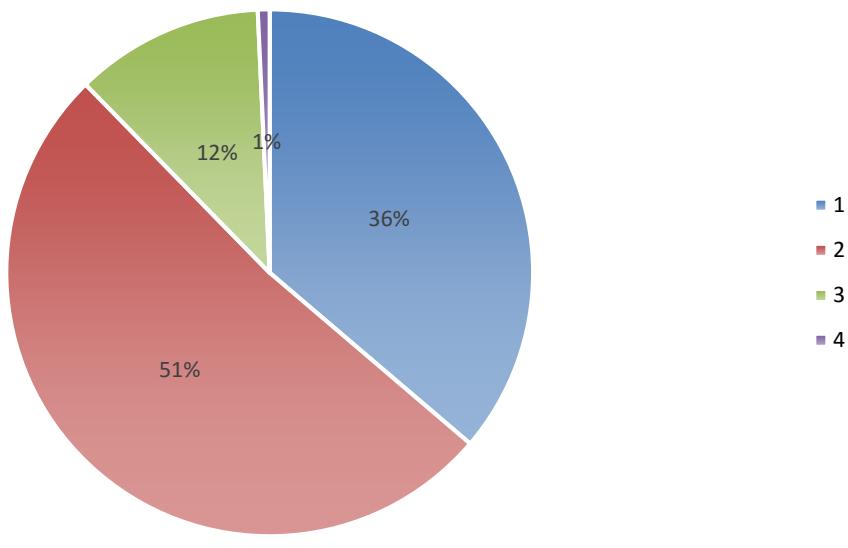




DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

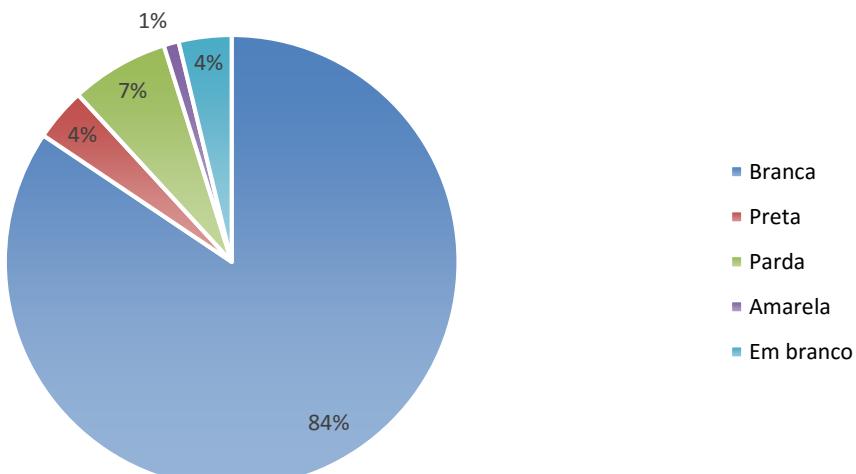
DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Quantos?



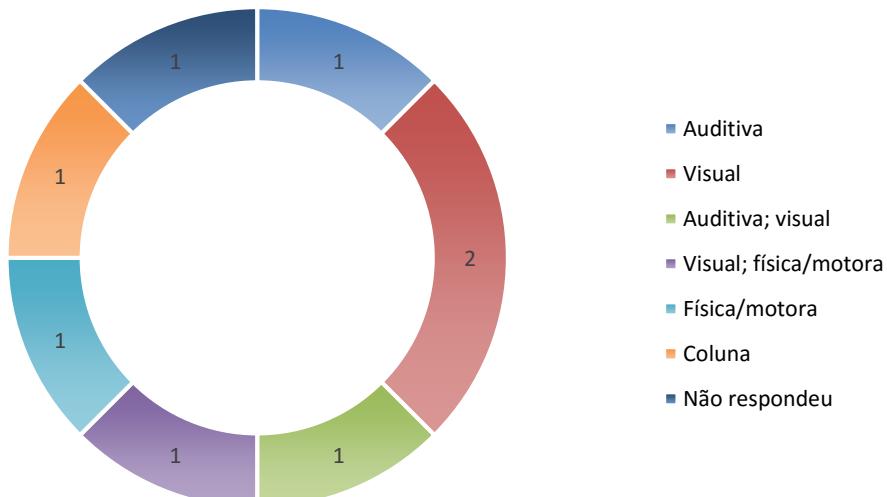
84% das defensoras pública afirmou ser branca, oito disseram ter algum tipo de deficiência. 41% afirmou possuir o nível superior completo e 25% pós graduação lato sensu completa.

Você é?

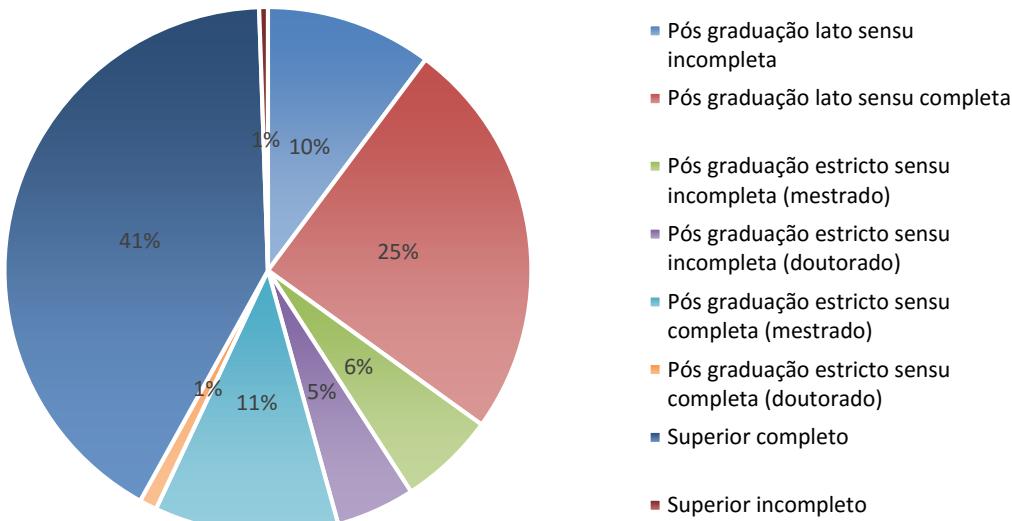




Tipo de deficiência



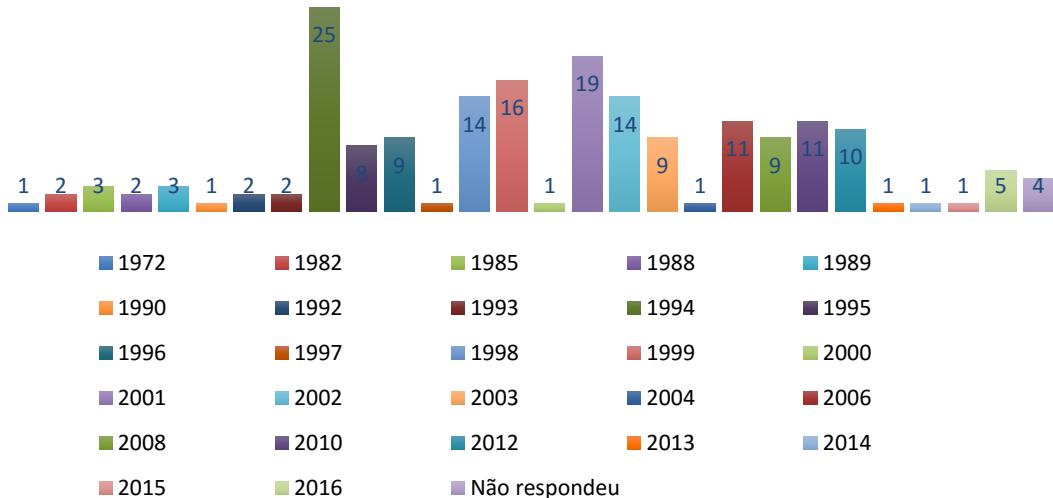
Qual é o seu nível de escolaridade?



A maioria das defensoras que responderam o questionário ingressaram na Defensoria entre 1994 e 2012.

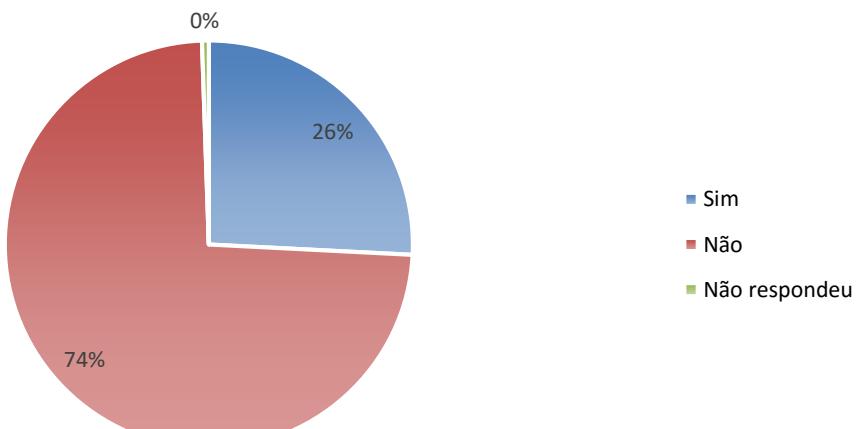


Em que ano você ingressou na Defensoria?



Quanto a pergunta sobre ter ocupado outro cargo efetivo antes de ingressar na Defensoria, apenas 26% responderam sim. Houve uma resposta negativa, mas foi contabilizada como sim, pois houve indicação de qual cargo na pergunta seguinte.

Você ocupou outro cargo efetivo (concurso público) antes de ingressar na Defensoria?



Quanto ao cargo efetivo ocupado, não corresponde ao total de respostas, pois há casos de mais de uma ocorrência por pessoa. Foram contabilizados como outros os casos com apenas uma indicação (técnica MP, técnica PGM, servidora de prefeitura



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

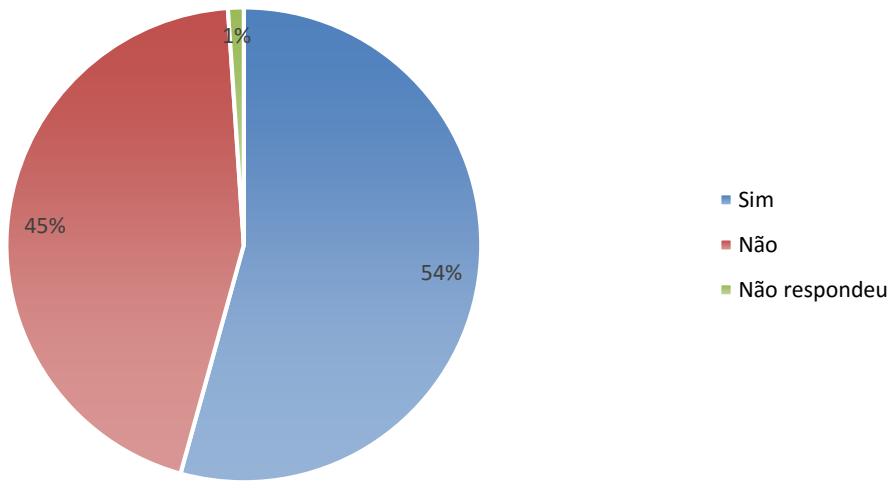
municipal, empregada pública federal etc.). A maioria das defensoras públicas indicou ter ocupado o cargo de analista/técnica judiciária, advogada da Petrobrás e oficial de justiça.



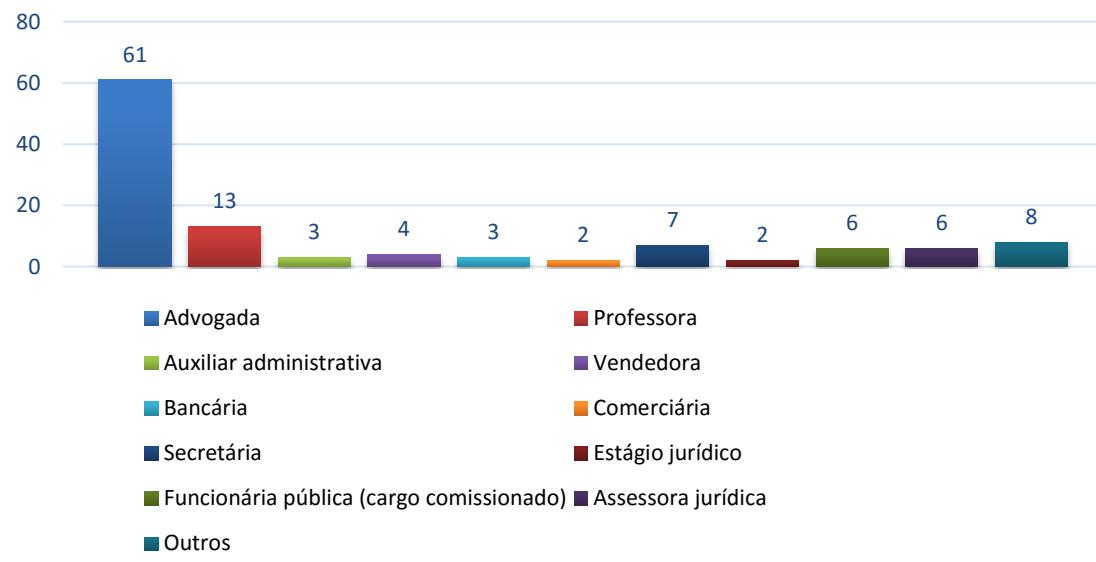
Quanto a ter exercido outra atividade profissional antes de ingressar na Defensoria, 54% responderam sim. Houve uma situação de não, mas indicou qual atividade profissional e foi contabilizada como sim. Em sete casos, respondeu sim, mas indicou cargo efetivo e foi contabilizado como não. A maioria indicou a advocacia como atividade profissional (53%) e professora (11%). Na categoria outros foram contabilizadas as respostas que só apareceram uma vez (consultora, jornalista, psicóloga, tecnóloga etc.).



Você exerceu outra atividade profissional antes de ingressar na Defensoria?



Se sim, qual?

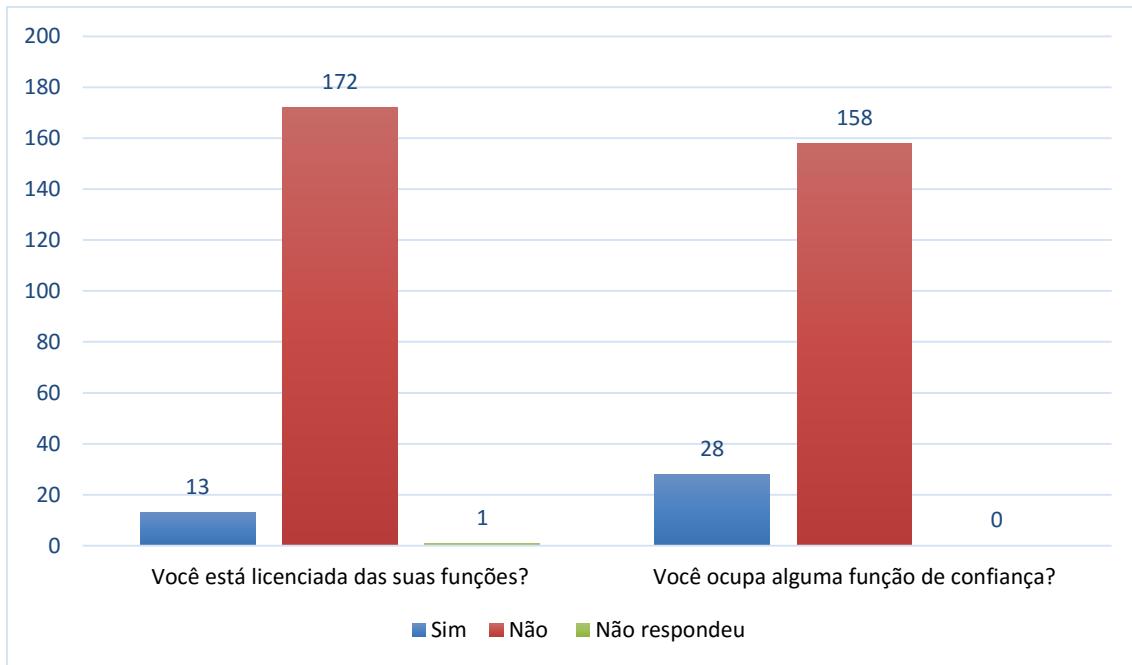


8% das defensoras indicaram estar licenciadas das suas funções e 15% ocupam alguma função de confiança na Defensoria Pública.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

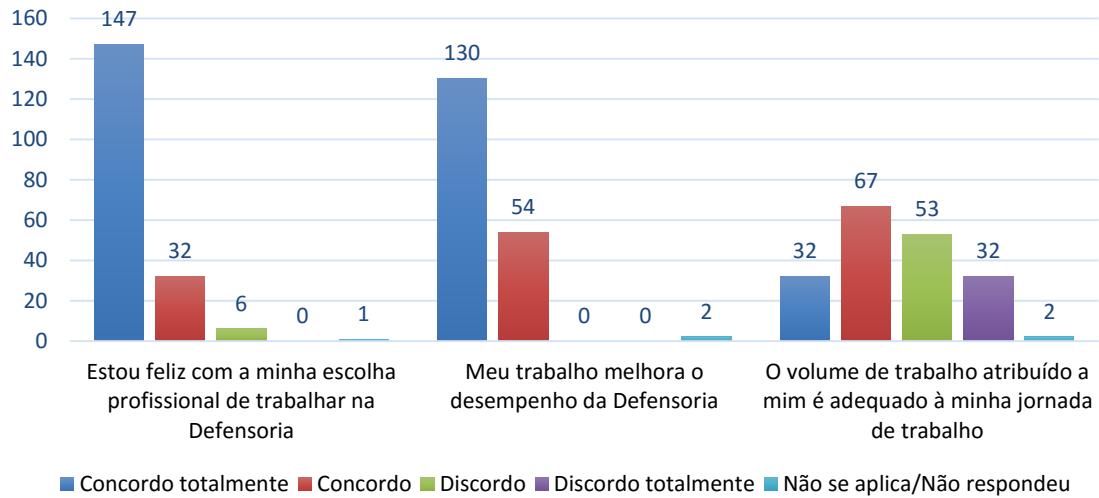


Os gráficos a seguir indicam uma série de perguntas que foram feitas sobre os instrumentos de trabalho, a carreira e as condições de trabalho das defensoras públicas.

96% das defensoras públicas disseram que concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Estou feliz com a minha escolha profissional de trabalhar na Defensoria”; 98,9% concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Meu trabalho melhora o desempenho da Defensoria”; e 52% concordam ou concordam totalmente com a afirmação “O volume de trabalho atribuído a mim é adequado à minha jornada de trabalho.



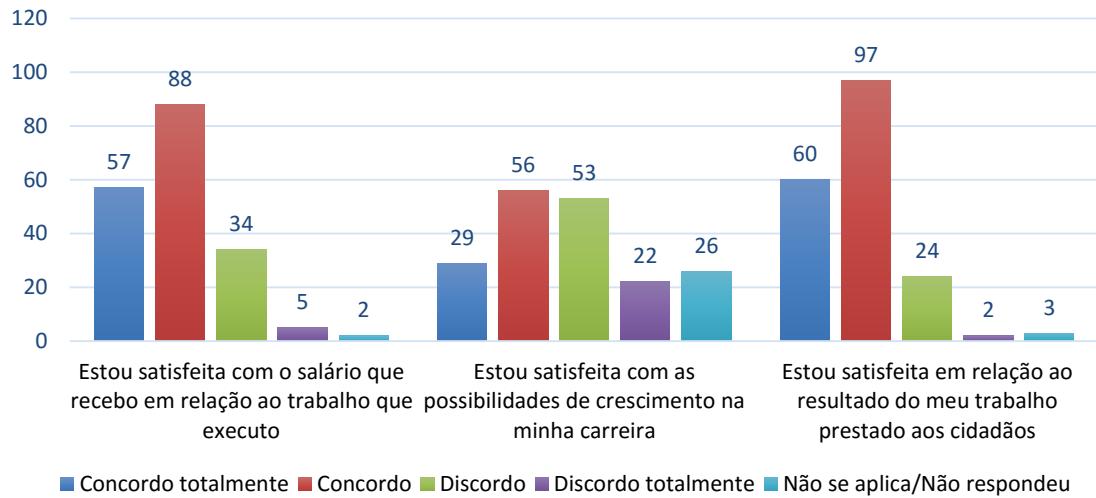
Avalie o quanto você concorda com as seguintes afirmações:



77,9% concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Estou satisfeita com o salário que recebo em relação ao trabalho que executo”; 53% concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Estou satisfeita com as possibilidades de crescimento na minha carreira”, se não forem considerados os 14% que responderam “não se aplica” ou não responderam; 84% concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Estou satisfeita em relação ao resultado do meu trabalho prestado aos cidadãos”.



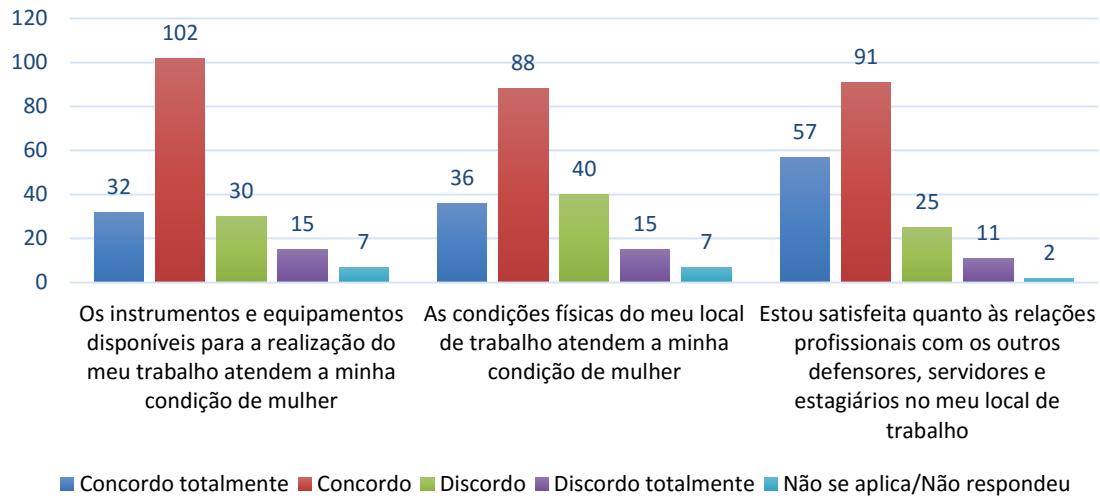
Avalie o quanto você concorda com as seguintes afirmações:



72% concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Os instrumentos e equipamentos disponíveis para a realização do meu trabalho atendem a minha condição de mulher”; 66,6% concordam ou concordam totalmente com a afirmação “As condições físicas do meu local de trabalho atendem a minha condição de mulher”; e 79,5% concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Estou satisfeita quanto às relações profissionais com os outros defensores, servidores e estagiários no meu local de trabalho”.



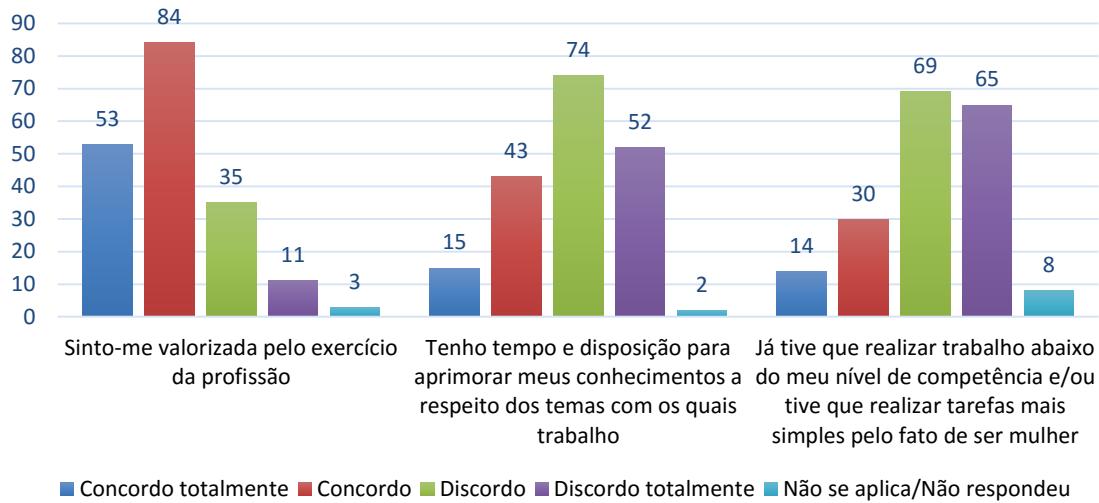
Avalie o quanto você concorda com as seguintes afirmações:



73,6% das defensoras públicas concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Sinto-me valorizada pelo exercício da profissão”; 67,7% discordam ou discordam totalmente da afirmação “Tenho tempo e disposição para aprimorar meus conhecimento a respeito dos temas com os quais trabalho” e 72% discordam ou discordam totalmente da afirmação “Já tive que realizar trabalho abaixo do meu nível de competência e/ou tive que realizar tarefas mais simples pelo fato de ser mulher”.



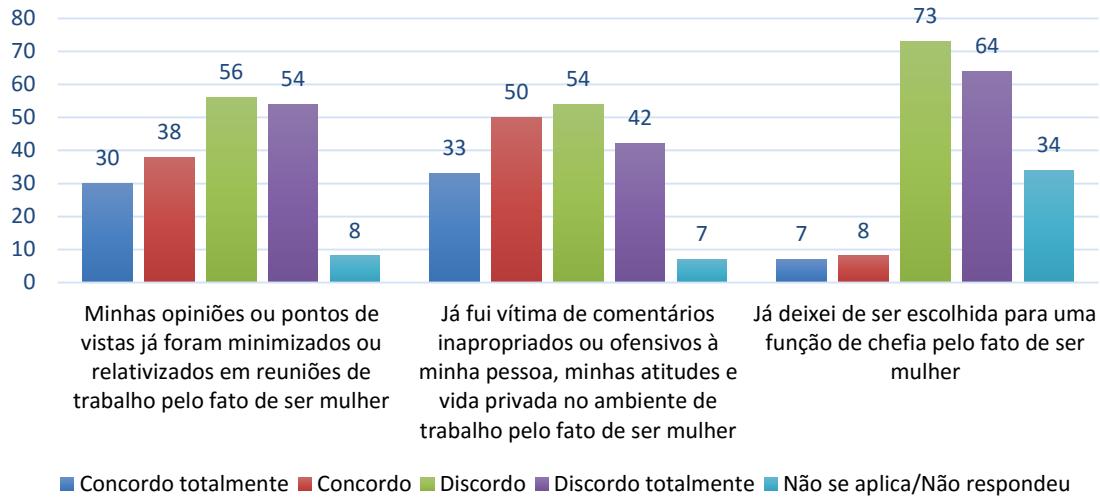
Avalie o quanto você concorda com as seguintes afirmações:



59% das defensoras concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Minhas opiniões ou pontos de vistas já foram minimizados ou relativizados em reuniões de trabalho pelo fato de ser mulher”; 51,6% discordam ou discordam totalmente “Já fui vítima de comentários inapropriados ou ofensivos à minha pessoa, minhas atitudes e vida privada no ambiente de trabalho pelo fato de ser mulher”; 90% discordam ou discordam totalmente da afirmação “Já deixei de ser escolhida para uma função de chefia pelo fato de ser mulher”, se excluirmos os 18% que responderam “não se aplica” ou não responderam.



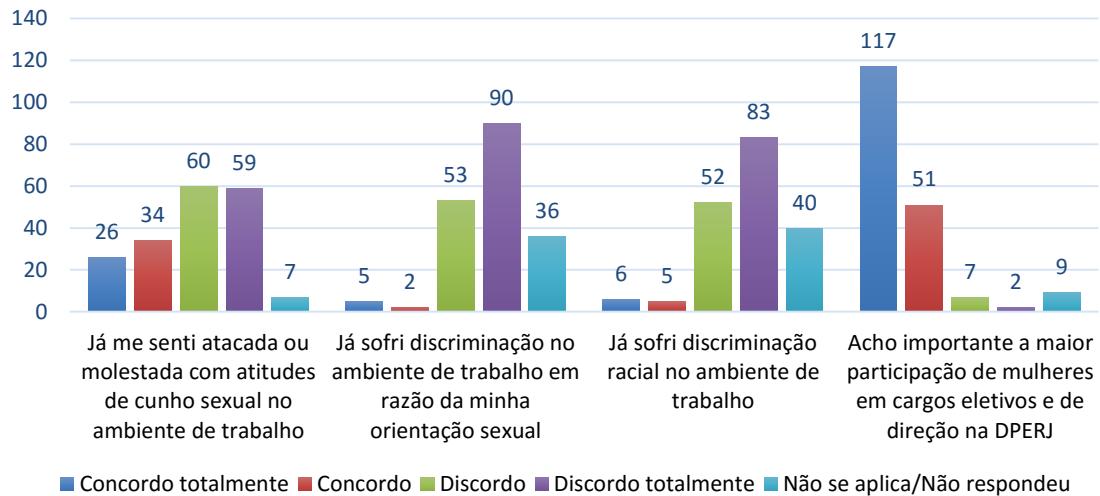
Avalie o quanto você concorda com as seguintes afirmações:



64% das defensoras discordam ou discordam totalmente da afirmação “Já me senti atacada ou molestada com atitudes de cunho sexual no ambiente de trabalho”; 95% discordam ou discordam totalmente da afirmação “Já sofri discriminação no ambiente de trabalho em razão da minha orientação sexual”, se excluirmos os 19% que responderam “não se aplica” ou não responderam; 92% discordam ou discordam totalmente da afirmação “Já sofri discriminação racial no ambiente de trabalho”, se excluirmos os 21,5% que responderam “não se aplica” ou não responderam; 90% concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Acho importante a maior participação de mulheres em cargos eletivos e de direção na DPERJ”.



Avalie o quanto você concorda com as seguintes afirmações:



Após essas perguntas, havia uma espaço para dizer o motivo de não ter concordado com a afirmação “Os instrumentos e equipamentos disponíveis para a realização do meu trabalho atendem a minha condição de mulher” e com a afirmação “As condições físicas do meu local de trabalho atendem a minha condição de mulher”. 25 defensoras públicas deixaram comentários sobre a primeira afirmação e 40 sobre a segunda. As respostas foram lidas e agrupadas estatisticamente, conforme gráfico abaixo.

A maioria dos comentários foi sobre as instalações de banheiros, muitas vezes porque não há banheiro privativo para mulheres. Em seguida, aparecem comentários sobre as instalações físicas: falta de privacidade e de acessibilidade, espaço inadequado e reduzido; equipamentos desatualizados; móveis inadequados (cadeira ou mesa inapropriadas); falta de conforto e falta de cozinha/copa para refeições no local de trabalho. Em algumas situações, as defensoras pontuaram que os equipamentos e instrumentos estão desatualizados para ambos os sexos e essas situações foram indicadas no gráfico de forma separada.



DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Muitas defensoras indicaram a falta de espaço para aleitamento, troca de fraldas e para ficar com filhos pequenos ou de ambiente reservado para retirar leite e acondicioná-lo após a volta da licença maternidade.

A questão da segurança também apareceu, assim como a distância percorrida para chegar no órgão de atuação. Quatro comentários foram positivos, afirmando que há instrumentos e equipamentos que funcionam bem e quatro comentários não foram específicos sobre o que incomoda, apenas dizem que não atendem, sem indicar algum problema específico.

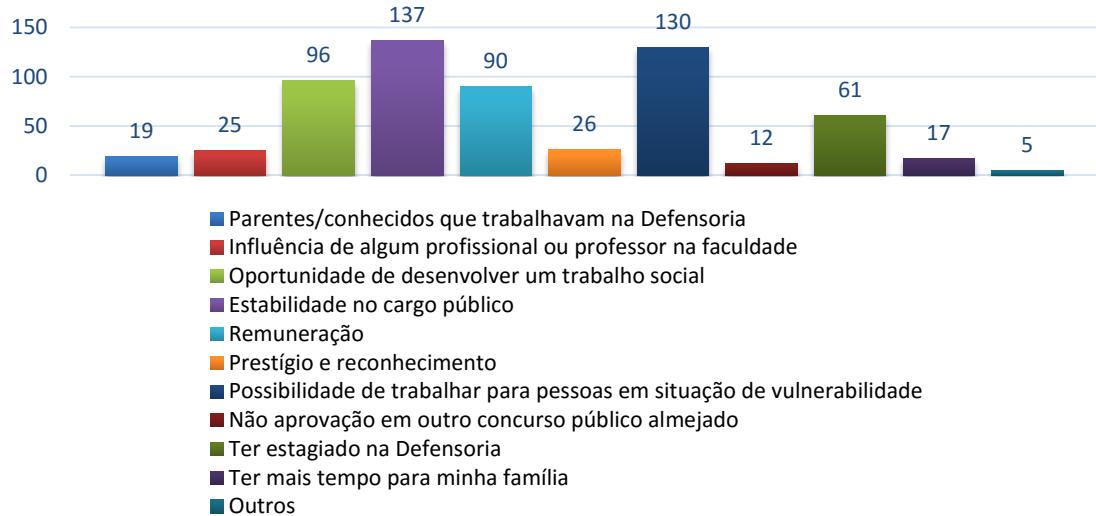
Comentários sobre condições físicas, instrumentos e equipamentos disponíveis no local de trabalho



Quanto a pergunta “Quais fatores influenciaram na sua decisão de ingressar/trabalhar na Defensoria?”, os fatores mais indicados foi estabilidade no serviço público (137 indicações); possibilidade de trabalhar para pessoas em situação de vulnerabilidade (130 indicações); oportunidade de desenvolver um trabalho social (96 indicações) e remuneração (90 indicações).

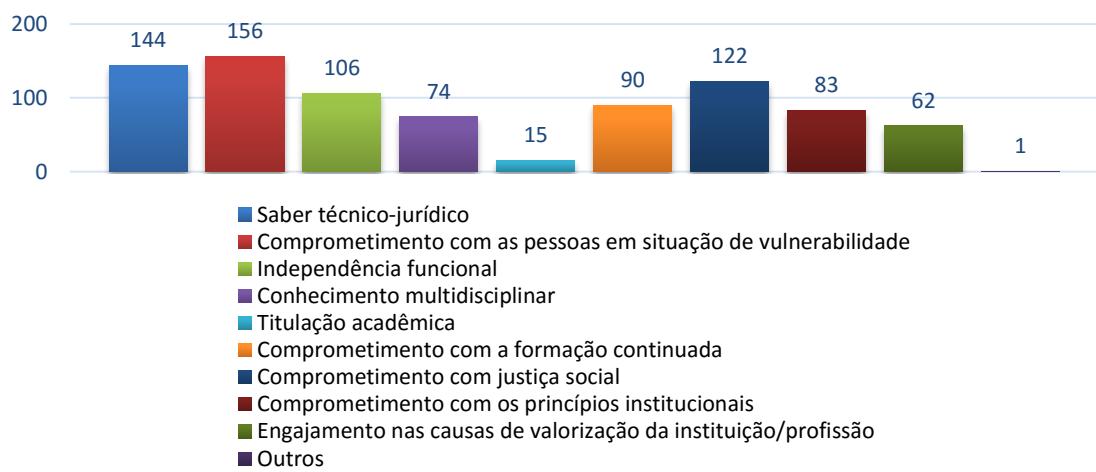


Quais fatores influenciaram na sua decisão de ingressar/trabalhar na Defensoria?



As características essenciais de uma defensora pública que mais apareceram foram: comprometimento com as pessoas em situação de vulnerabilidade (156 indicações); saber técnico-jurídico (144 indicações) e comprometimento com justiça social (122 indicações).

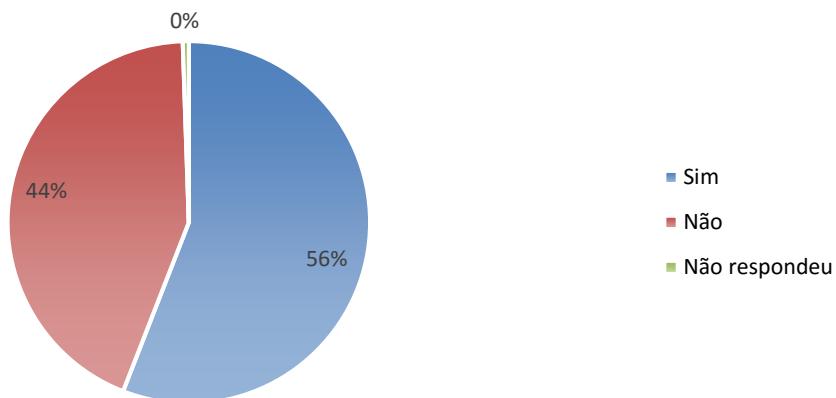
Em sua opinião, quais são as características essenciais de uma defensora pública?



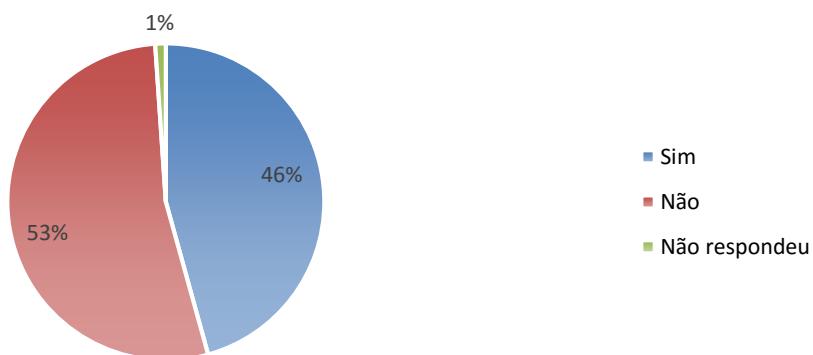


56% das defensoras públicas disseram já ter vivenciado alguma reação negativa por parte dos assistidos pelo fato de ser mulher e 46% por parte dos outros profissionais do sistema de justiça. Os profissionais mais indicados são os membros da Magistratura (55 ocorrências) e do Ministério Público (34 ocorrências).

No exercício da profissão, você já vivenciou alguma reação negativa por parte dos assistidos pelo fato de ser mulher?

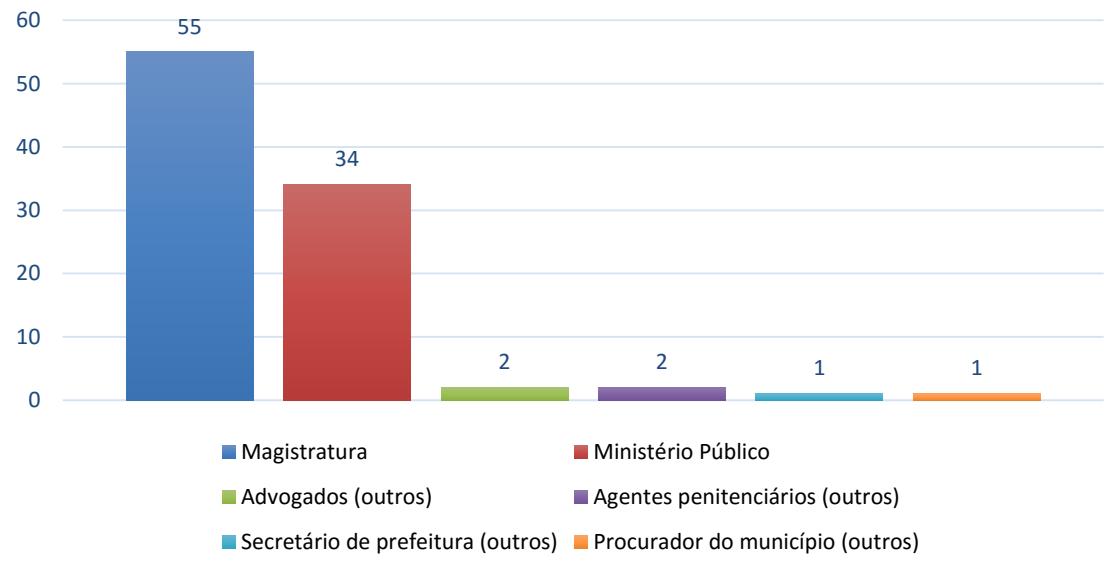


No exercício da profissão, você já vivenciou alguma reação negativa por parte de outros profissionais do sistema de justiça pelo fato de ser mulher?

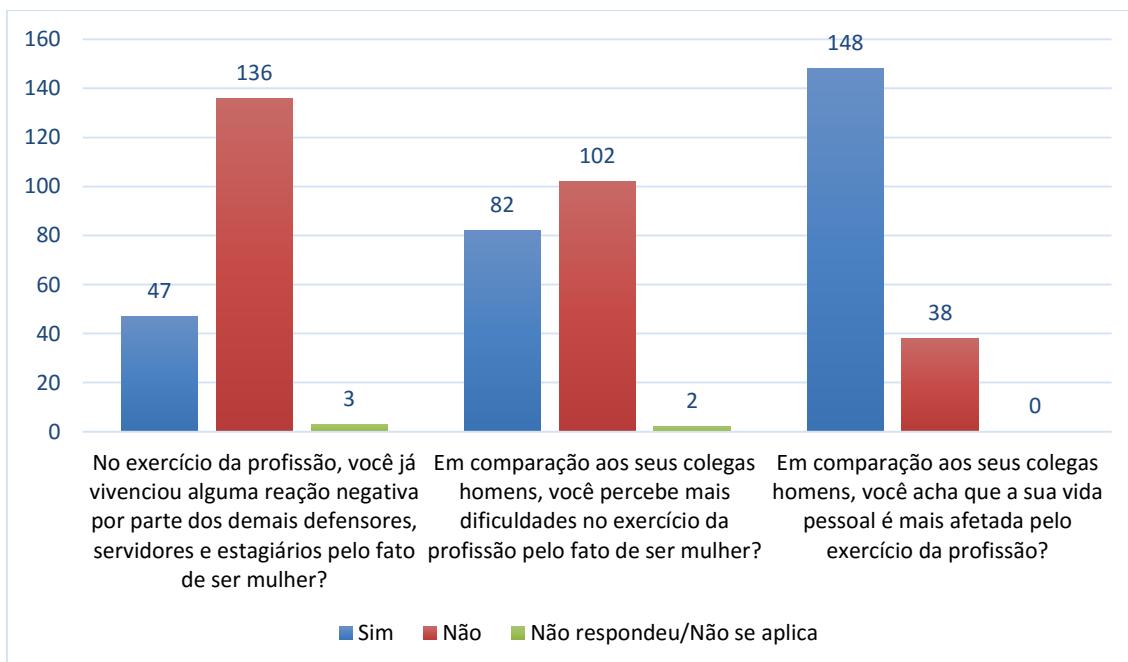




Se sim, de qual instituição?



73% das defensoras públicas não vivenciou alguma reação negativa por parte dos demais defensores, servidores e estagiários da Defensoria pelo fato de ser mulher. 54,8% afirmou não perceber mais dificuldades no exercício da profissão pelo fato de ser mulher. 79,5% acha que a sua vida pessoal é mais afetada pelo exercício da profissão do que a de seus colegas homens.

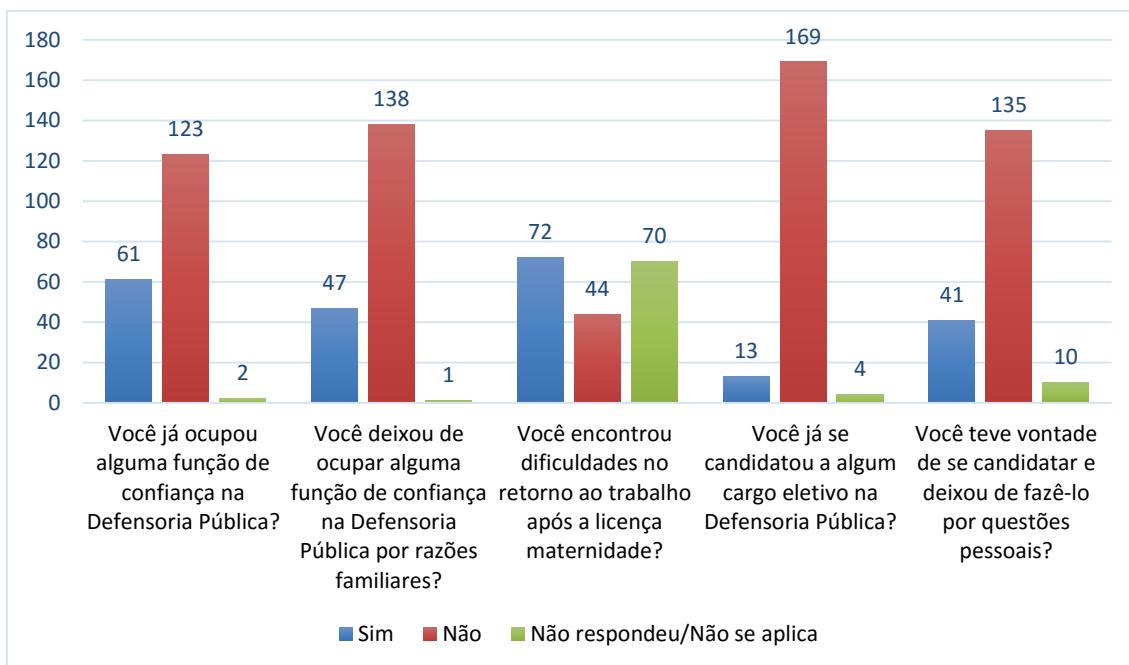




DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

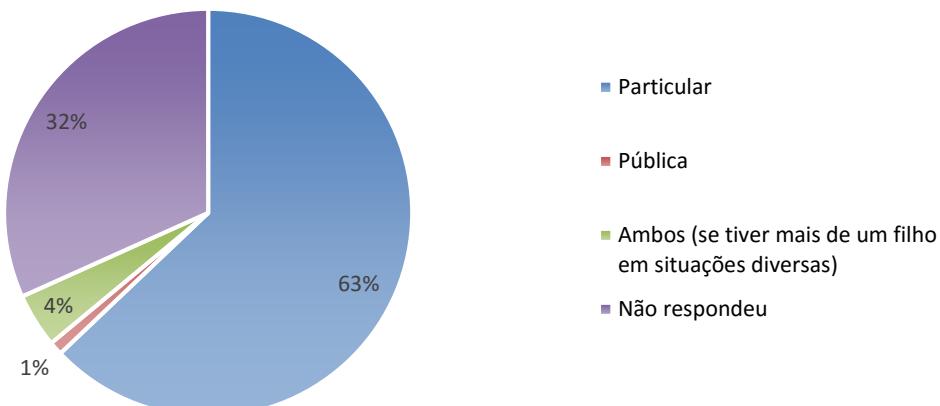
32,7% das defensoras públicas já ocupou alguma função de confiança na Defensoria Pública. 25% já deixou de ocupar uma função de confiança por razões familiares. 62% dos casos com resposta afirmou ter encontrado dificuldades no retorno ao trabalho após a licença maternidade (37% responderam “não se aplica” ou não responderam). 7% já se candidatou a algum cargo eletivo na Defensoria Pública e 22% teve vontade de se candidatar, mas deixou de fazê-lo por questões pessoais.



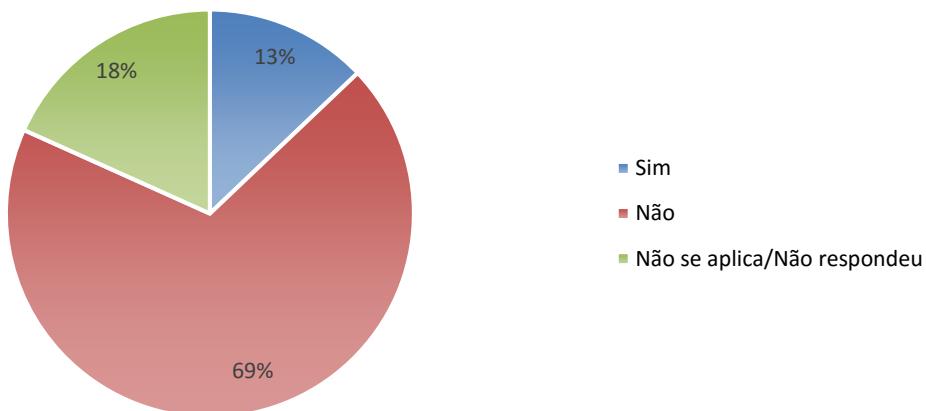
A maioria das defensoras públicas tem filhos na escola particular (92% dos casos com resposta). 84% dos casos com resposta disse não ser a única responsável pelas tarefas domésticas e/ou cuidados com filho(a)s e 77% dos casos com resposta disse não ser a única responsável pelo cuidado de outros membros da família, além de filho(a)s.



**Se você tem filho(a)s, eles frequentam
escola/creche:**



**Você é a única responsável pelas tarefas
domésticas e/ou cuidados com filho(a)s?**



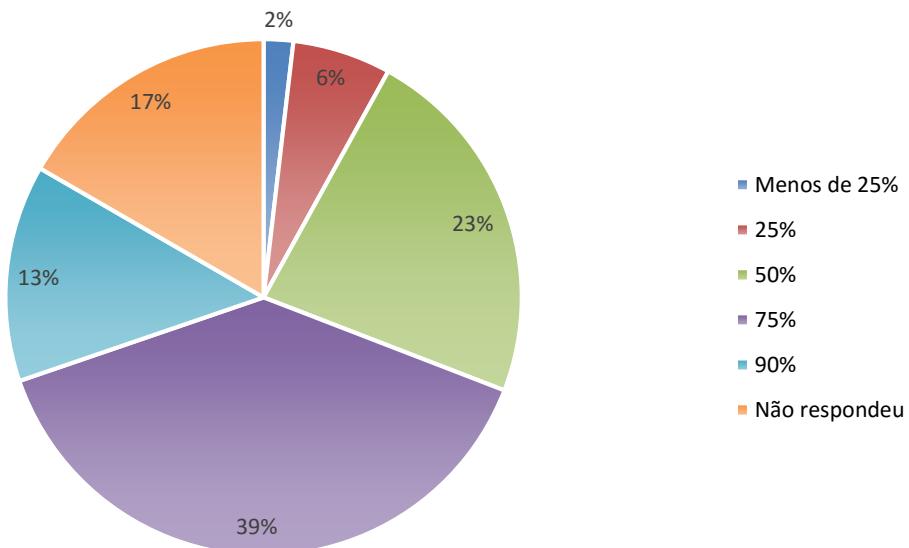
Das 24 mulheres que responderam ser a única responsável pelas tarefas domésticas/cuidados com os filhos, 11 indicaram a porcentagem que corresponde a sua parte nessas tarefas/cuidados (75 a 90%). Das 23 mulheres que indicaram “não se aplica”, quatro indicaram a porcentagem que corresponde a sua parte nessas



tarefas/cuidados. Das 128 mulheres que responderam não, oito não indicaram qual porcentagem corresponde a sua parte nessas tarefas/cuidados.

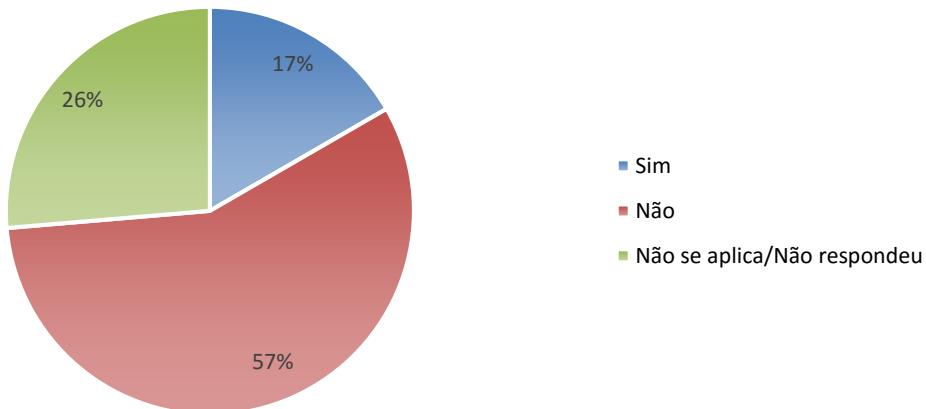
Considerando os casos com resposta, 46,6% ocupa 75% da responsabilidade por essas tarefas/cuidados com os filho(a)s e 27% ocupa 50%.

Se você não é a única responsável pelas tarefas domésticas e/ou cuidados com os filho(a)s, qual porcentagem, em média, corresponde a sua parte nessas tarefas/cuidados?





Você é a única responsável pelo cuidado de outros membros da família, além de filho(a)s?

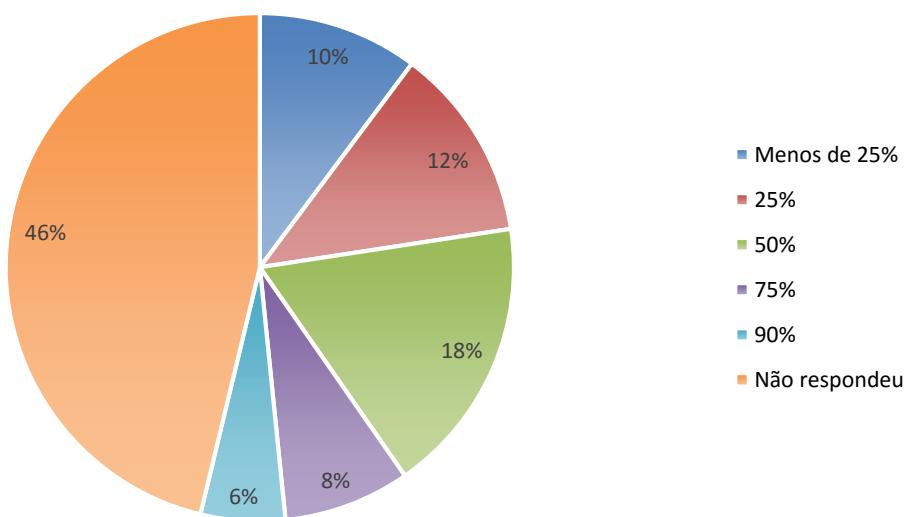


Das 106 mulheres que responderam não, 29 não indicaram qual porcentagem corresponde a sua parte nesse cuidado. Das 31 mulheres que responderam sim, 17 não indicaram qual porcentagem corresponde a sua parte nesse cuidado. Das 39 mulheres que responderam “não se aplica”, quatro indicaram qual porcentagem corresponde a sua parte nesse cuidado.

Considerando os casos com resposta, 33% ocupa 50% da responsabilidade por essas tarefas/cuidados com outros membros da família e 23% ocupa 25%.

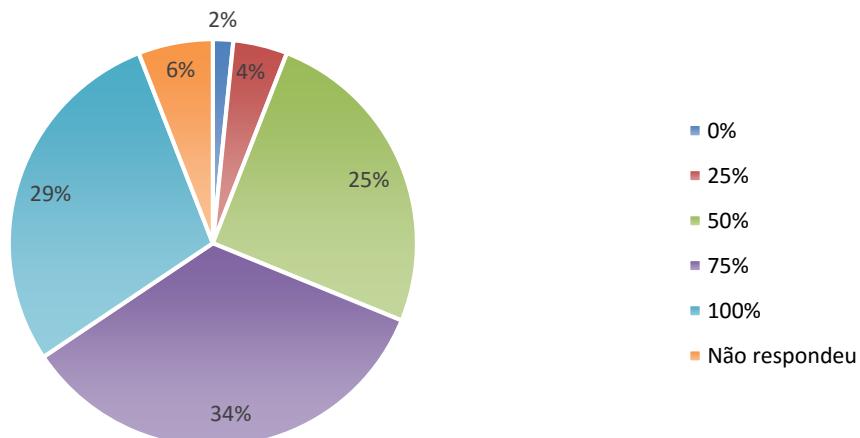


Se você não é a única responsável pelo cuidado de outros membros da família, qual porcentagem, em média, corresponde a sua parte nesse cuidado?



A maioria das defensoras contribui financeiramente de 75 a 100% para a renda da família (63%).

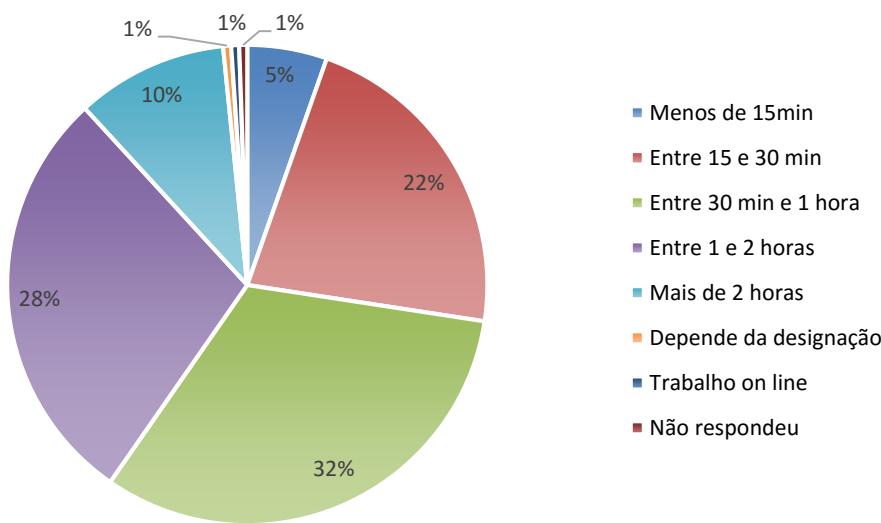
Em média, qual a sua contribuição financeira na família?



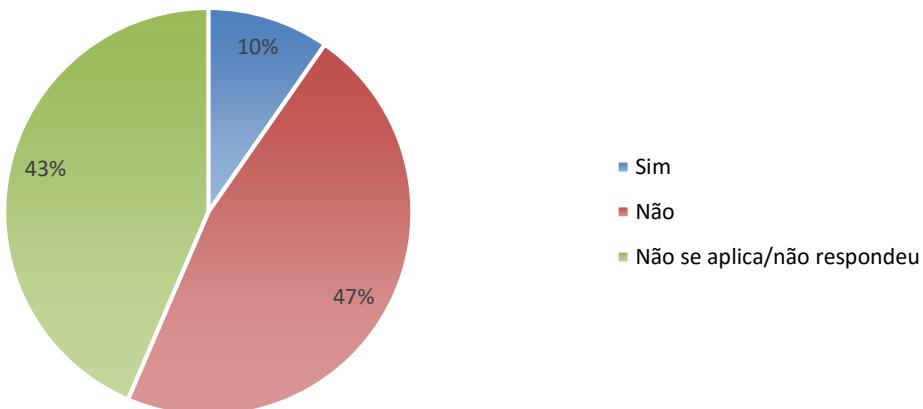


A maioria das defensoras públicas demora entre 30 minutos e 2 horas para fazer o trajeto casa/trabalho (60%), sendo entre 30 minutos e 1 hora o tempo mais frequente (32%). Apenas 17% dos casos com resposta, a defensora é a única responsável por levar e/ou buscar seus filhos na escola.

Em média, quanto tempo você demora pra fazer o trajeto casa/trabalho?



Você é a única responsável por levar e/ou buscar seus filho(a)s na escola?





DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Ao final da pesquisa, havia a oportunidade de fazer algum comentário sobre o tema. 28 defensoras públicas fizeram comentários. A maioria sobre a forma como as mulheres são mais sobrecarregadas do que os homens, especialmente em razão do cuidado com os filhos, e como os profissionais homens inspiram mais confiança. Indicam também que o sistema de justiça é machista como um todo e que as mulheres são vítimas de comentários preconceituosos.

Há críticas à instituição, por falta de apoio, volume de trabalho e necessidade de acumular funções para complementar a renda, indicando que a Defensoria deveria possibilitar que o trabalho seja exercido em local próximo a sua residência.

Além disso, falam da dificuldade de conciliar os horários das audiências com a necessidade de estar com os filhos, pegá-los na escola etc.

Algumas defensoras elogiam a iniciativa da pesquisa e outras dizem que a Defensoria Pública é um ótimo lugar pra trabalhar quando se é mulher.

b) Servidoras da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro:

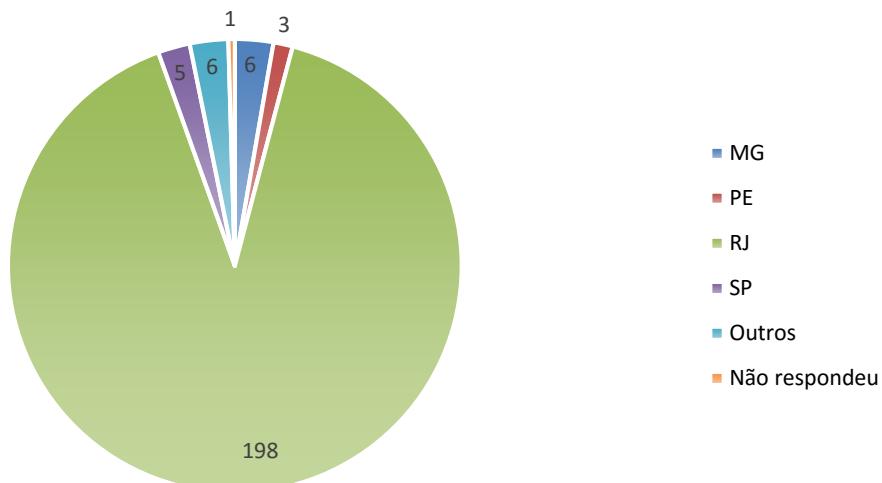
A maioria das servidoras nasceram no Estado do Rio de Janeiro (90%). Foram agrupados como outros as ocorrências que só apareceram uma vez. As servidoras tem entre 20 e 41 anos (75%), a maioria é casada/vive em união estável (58%) ou é solteira (44%) e não tem filhos (66%). Das servidoras que tem filhos, grande parte indicou ter apenas um (75%). 67% é branca e 20% é parda. 44% indicaram superior completo como nível de escolaridade e 34% pós graduação lato sensu completa.



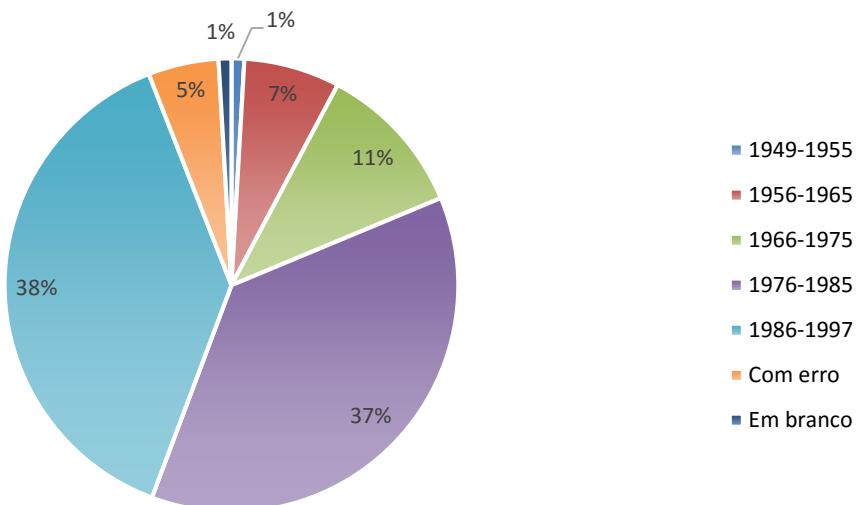
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Onde você nasceu?

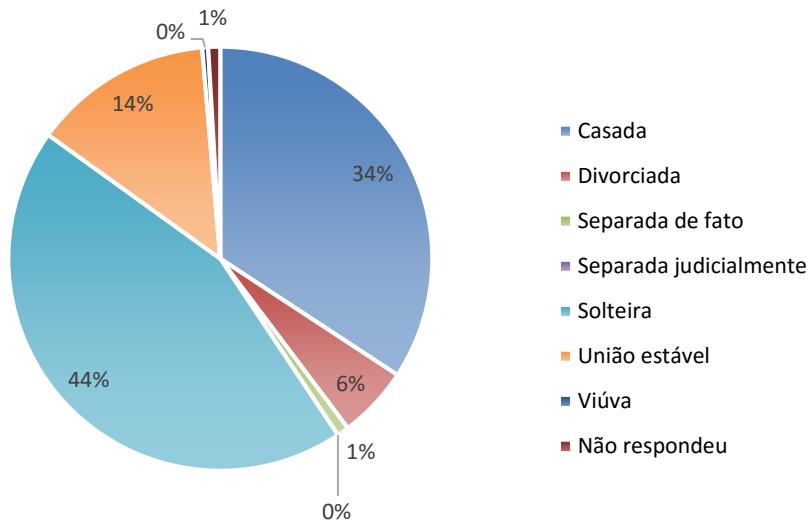


Quando você nasceu?

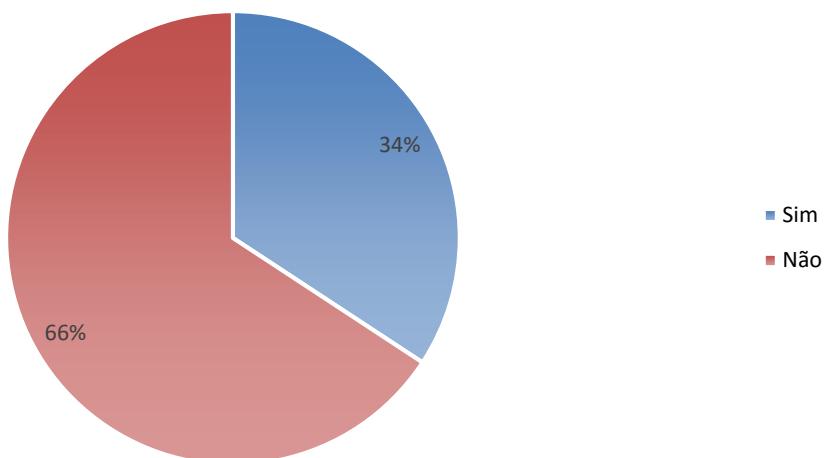




Qual o seu estado civil?

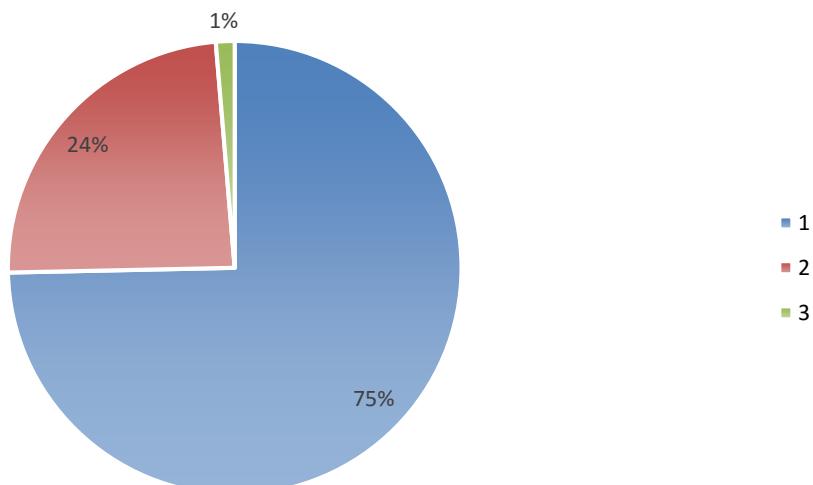


Você tem filhos?

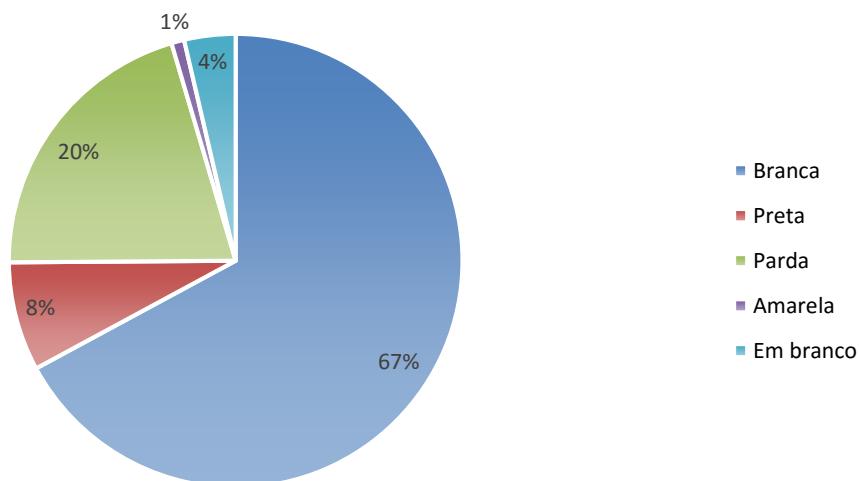




Quantos?



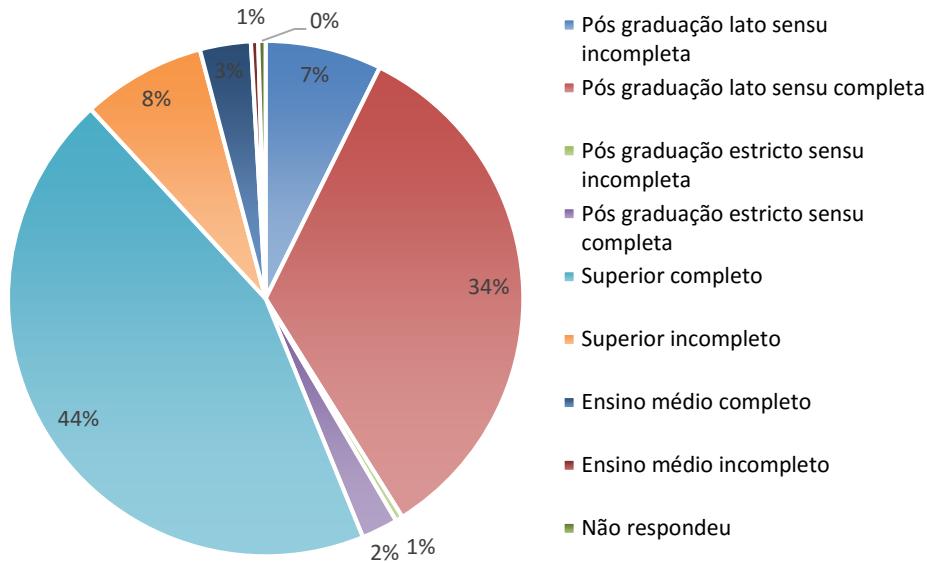
Você é?



A pergunta “Você é portadora de alguma deficiência?” teve quatro respostas, duas servidoras indicaram deficiência visual e duas física/motora.

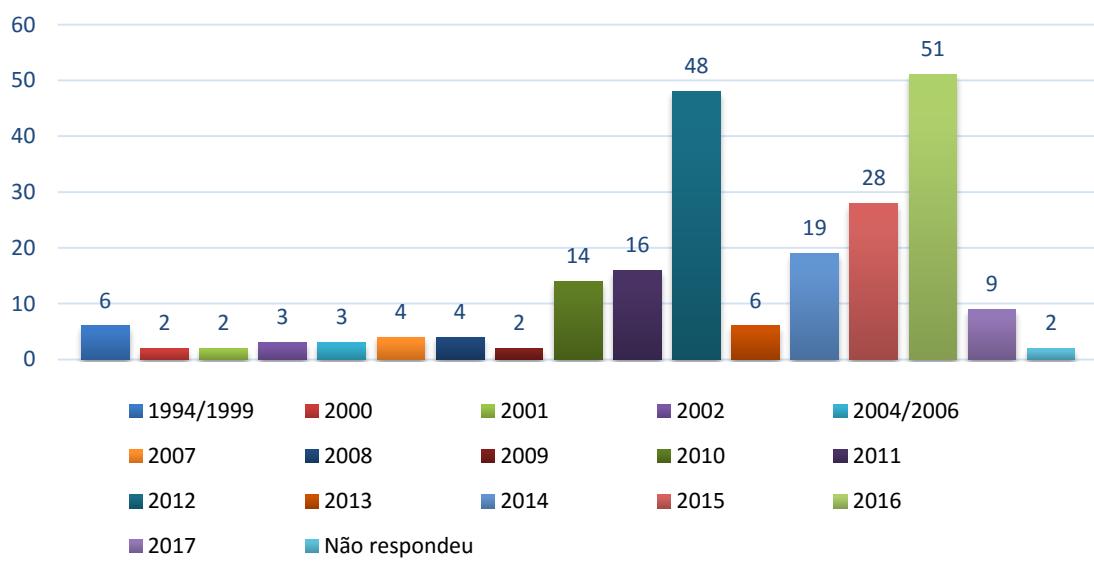


Qual é o seu nível de escolaridade?



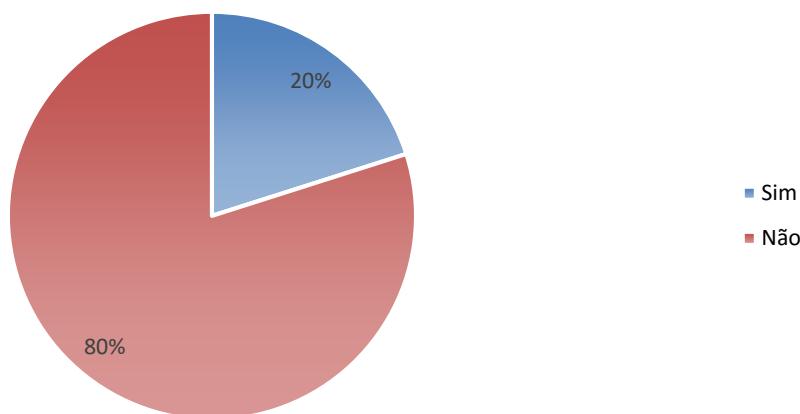
A maioria das servidoras ingressou na Defensoria Pública entre 2008 e 2016 e apenas 20% disse ter ocupado outro cargo efetivo antes de ingressar na Defensoria Pública. 78% afirmaram ter exercido outra atividade profissional antes de trabalhar na Defensoria Pública.

Em que ano você ingressou na Defensoria?



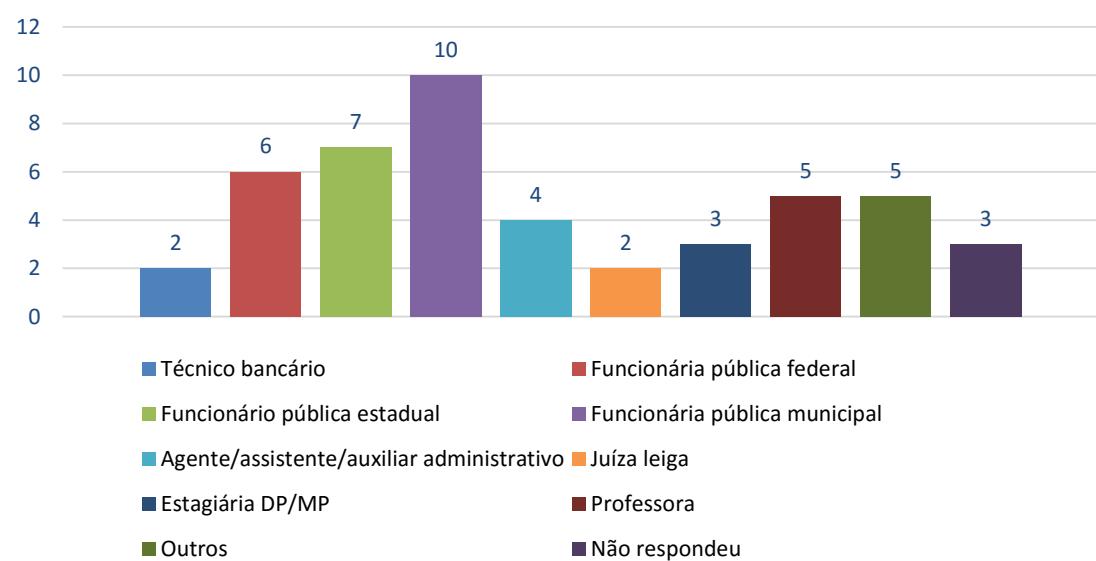


Você ocupou outro cargo efetivo (concurso público) antes de ingressar na Defensoria?



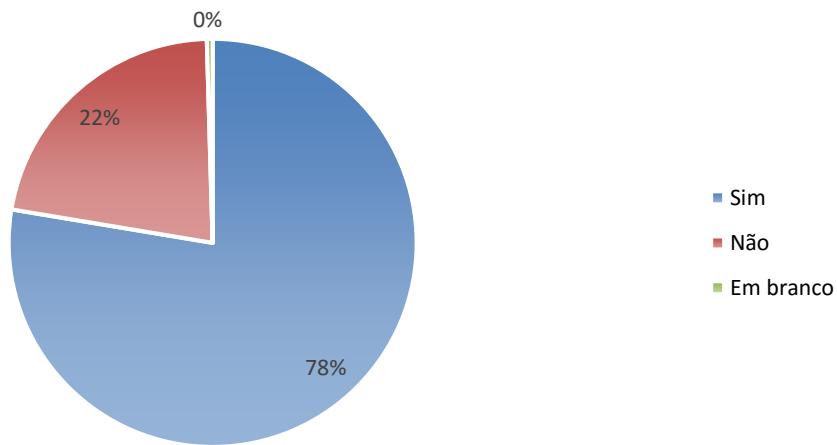
As categorias agrupadas como funcionária pública federal, estadual e municipal, indicadas no gráfico abaixo, correspondem a diversas indicações de locais de trabalho (por exemplo, Ministério da Saúde, RioPrevidência, Secretaria Municipal de Assistência Social), mas também a indicações do local (prefeitura) ou dessa condição (funcionária pública), sem menção a algo mais específico. Na categoria outros foram contabilizadas as respostas que só apareceram uma vez.

Se sim, qual?



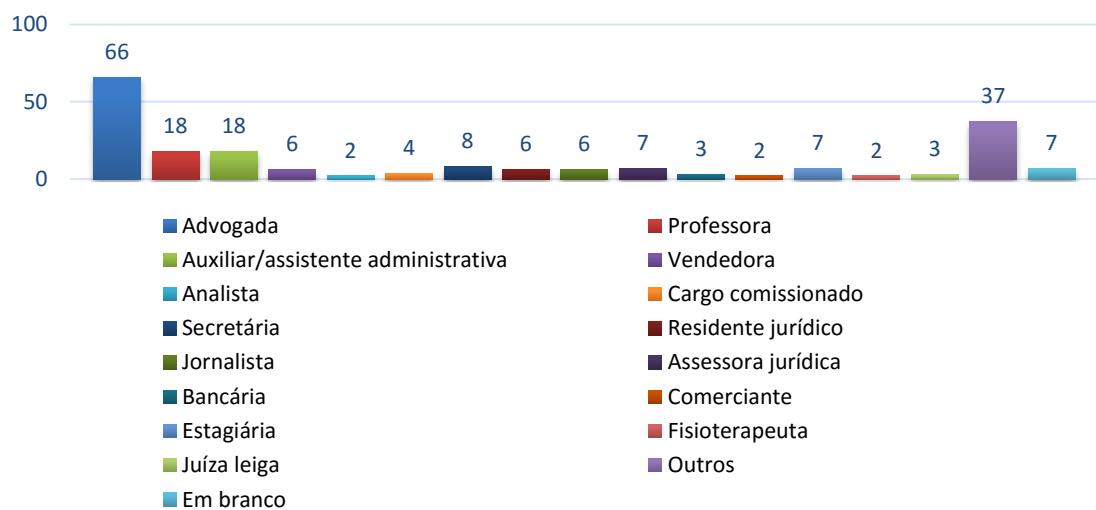


Você exerceu outra atividade profissional antes de ingressar na Defensoria?



A atividade profissional mais recorrente é a advocacia (35%), seguida do magistério (9,6%) e da assessoria administrativa (9,6%).

Se sim, qual?

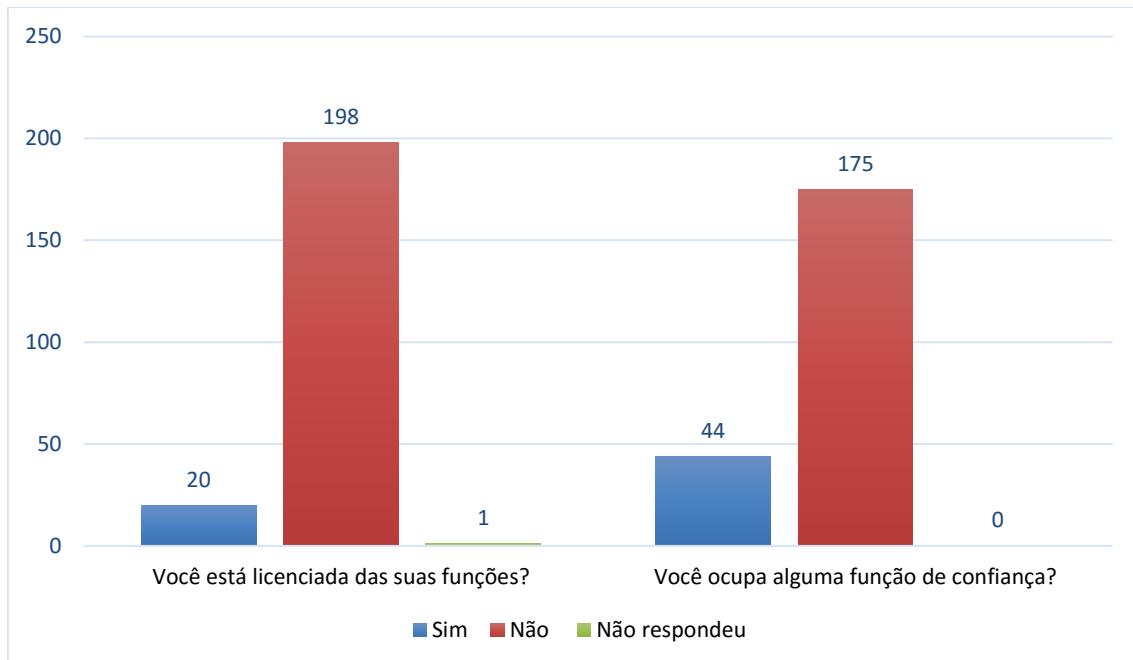




DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

9% das servidoras indicaram estar licenciadas das suas funções e 20% ocupam alguma função de confiança na Defensoria Pública.

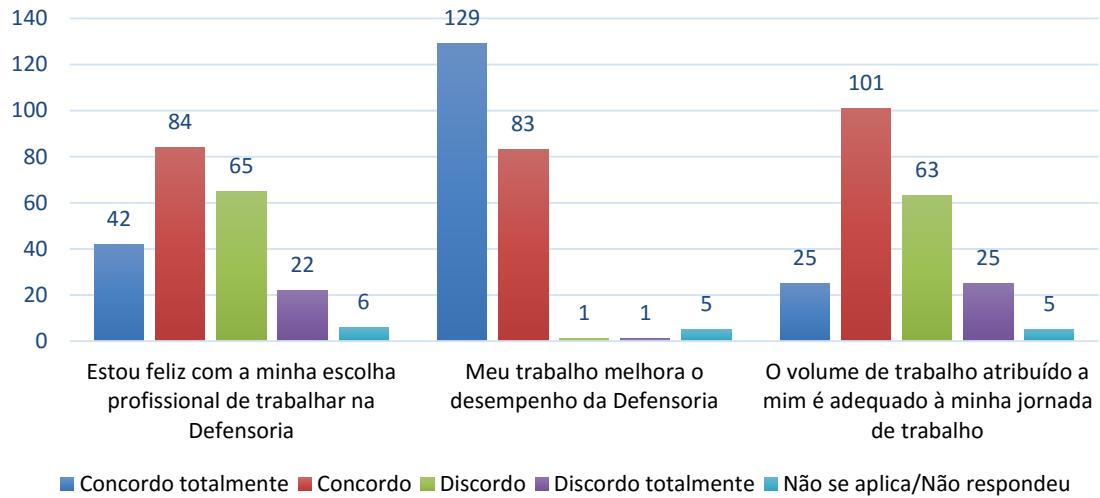


Os gráficos a seguir indicam uma série de perguntas que foram feitas sobre os instrumentos de trabalho, a carreira e as condições de trabalho das servidoras da Defensoria Pública.

57% das servidoras disseram que concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Estou feliz com a minha escolha profissional de trabalhar na Defensoria”; 96,8% concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Meu trabalho melhora o desempenho da Defensoria”; e 57,5% concordam ou concordam totalmente com a afirmação “O volume de trabalho atribuído a mim é adequado à minha jornada de trabalho.

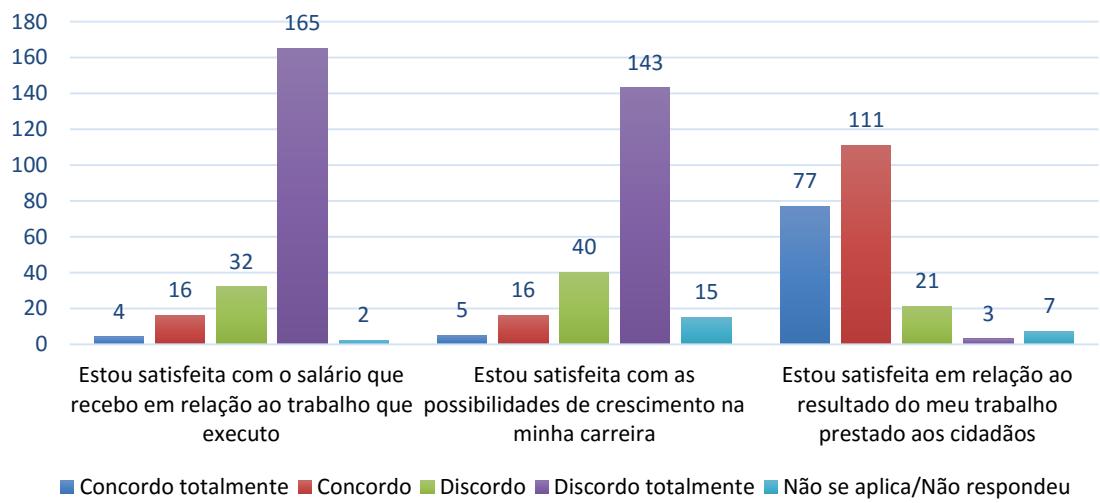


Avalie o quanto você concorda com as seguintes afirmações:



90% discordam ou discordam totalmente da afirmação “Estou satisfeita com o salário que recebo em relação ao trabalho que executo”; 83,5% discordam ou discordam totalmente da afirmação “Estou satisfeita com as possibilidades de crescimento na minha carreira”; 85,8% concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Estou satisfeita em relação ao resultado do meu trabalho prestado aos cidadãos”.

Avalie o quanto você concorda com as seguintes afirmações:

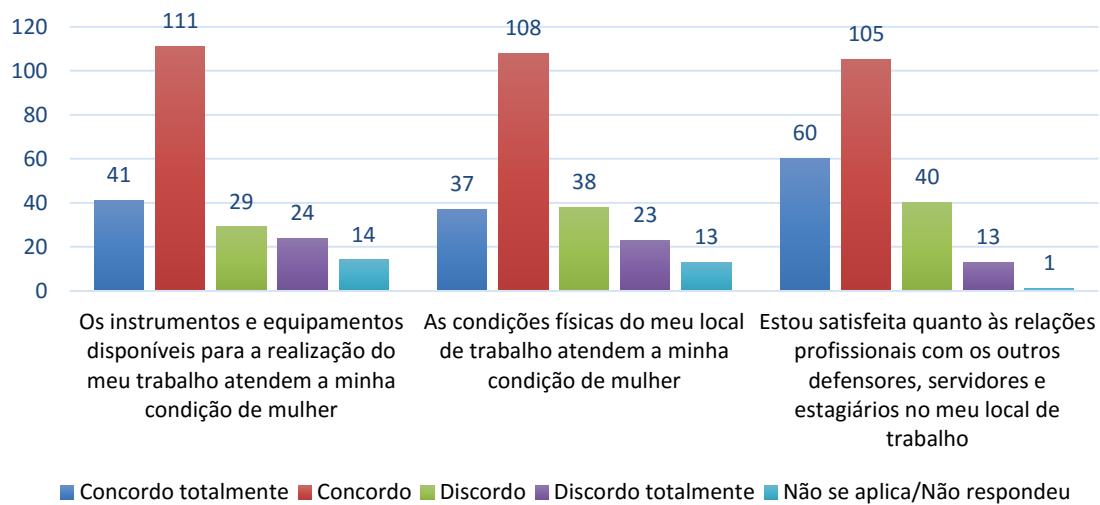




DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

69% concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Os instrumentos e equipamentos disponíveis para a realização do meu trabalho atendem a minha condição de mulher”; 66% concordam ou concordam totalmente com a afirmação “As condições físicas do meu local de trabalho atendem a minha condição de mulher”; e 75% concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Estou satisfeita quanto às relações profissionais com os outros defensores, servidores e estagiários no meu local de trabalho”.

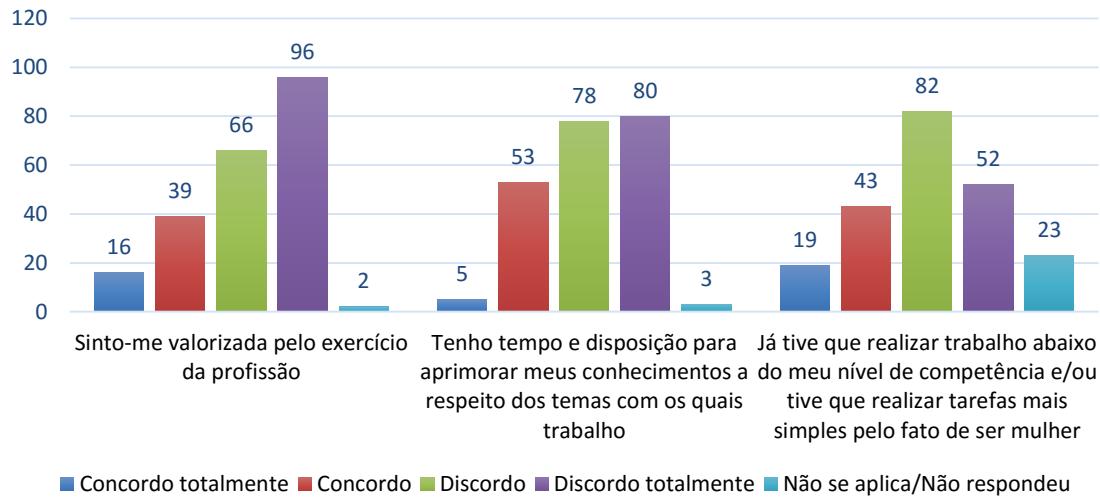
Avalie o quanto você concorda com as seguintes afirmações:



74% das servidoras discordam ou discordam totalmente da afirmação “Sinto-me valorizada pelo exercício da profissão”; 72% discordam ou discordam totalmente da afirmação “Tenho tempo e disposição para aprimorar meus conhecimento a respeito dos temas com os quais trabalho”; e 68% discordam ou discordam totalmente da afirmação “Já tive que realizar trabalho abaixo do meu nível de competência e/ou tive que realizar tarefas mais simples pelo fato de ser mulher”, se excluirmos os 10% que responderam “não se aplica” ou não responderam.



Avalie o quanto você concorda com as seguintes afirmações:

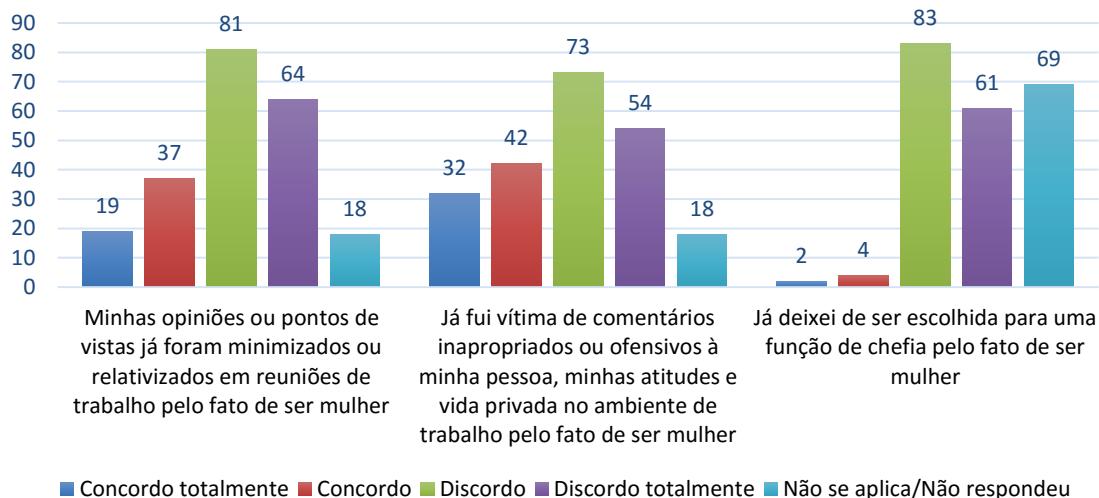


66% das servidoras discordam ou discordam totalmente da afirmação “Minhas opiniões ou pontos de vistas já foram minimizados ou relativizados em reuniões de trabalho pelo fato de ser mulher”; 58% discordam ou discordam totalmente “Já fui vítima de comentários inapropriados ou ofensivos à minha pessoa, minhas atitudes e vida privada no ambiente de trabalho pelo fato de ser mulher”; 94,5% discordam ou discordam totalmente da afirmação “Já deixei de ser escolhida para uma função de chefia pelo fato de ser mulher”, se excluirmos os 31,5% que responderam “não se



aplica" ou não responderam.

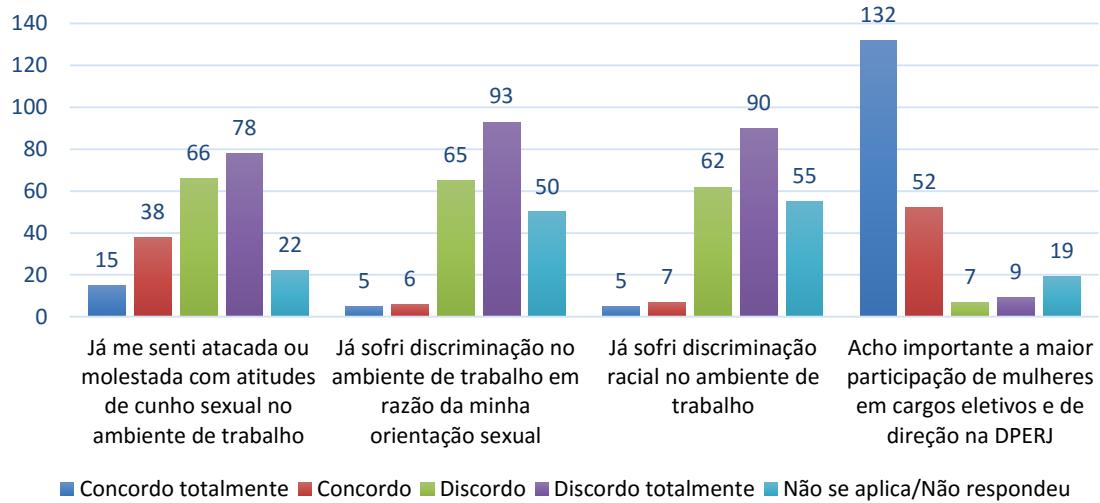
Avalie o quanto você concorda com as seguintes afirmações:



65,7% das servidoras discordam ou discordam totalmente da afirmação “Já me senti atacada ou molestada com atitudes de cunho sexual no ambiente de trabalho”; 93% discordam ou discordam totalmente da afirmação “Já sofri discriminação no ambiente de trabalho em razão da minha orientação sexual”, se excluirmos os 22,8% que responderam “não se aplica” ou não responderam; 92% discordam ou discordam totalmente da afirmação “Já sofri discriminação racial no ambiente de trabalho” se excluirmos os 25% que responderam “não se aplica” ou não responderam; 83% concordam ou concordam totalmente com a afirmação “Acho importante a maior participação de mulheres em cargos eletivos e de direção na DPERJ”.



Avalie o quanto você concorda com as seguintes afirmações:



Após essas perguntas, havia uma espaço para dizer o motivo de não ter concordado com a afirmação “Os instrumentos e equipamentos disponíveis para a realização do meu trabalho atendem a minha condição de mulher” e com a afirmação “As condições físicas do meu local de trabalho atendem a minha condição de mulher”. 30 servidoras deixaram comentários sobre a primeira afirmação e 35 sobre a segunda. As respostas foram lidas e agrupadas estatisticamente, conforme gráfico abaixo.

A maioria dos comentários foi sobre as instalações do banheiro, por permanecerem sujos, sem sabonete, papel, aparelhos de higiene, descarga ou por não serem exclusivos para mulheres ou ficarem muito longe do local de trabalho.

Quanto às instalações físicas, há reclamações sobre cadeiras e mesas inadequadas, sem encosto ou apoio para os pés, quebradas; salas sem janelas; ar condicionados quebrados ou ausentes; ambientes pequenos; falta de fornecimento de água; ausência de copas.

Sobre o ponto eletrônico, uma servidora pontuou que falta flexibilidade para cuidar dos filhos e a outra reclamou da impossibilidade de trabalho remoto, pois no seu local de trabalho não há computadores suficientes.

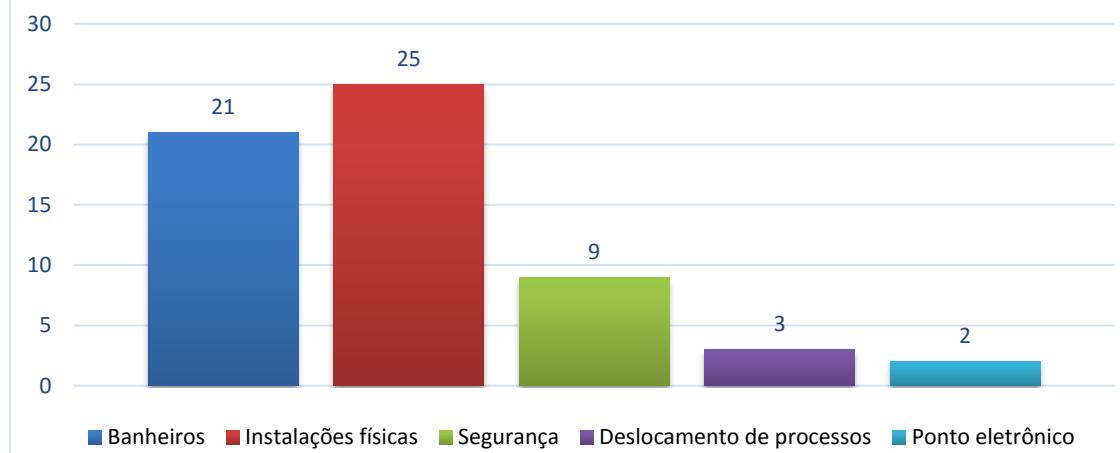


DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Por fim, há reclamações sobre a dificuldade de carregar processos entre prédios, em razão do peso.

Há seis comentários que não foram específicos sobre o que incomoda, apenas dizem que não atendem, sem indicar algum problema específico.

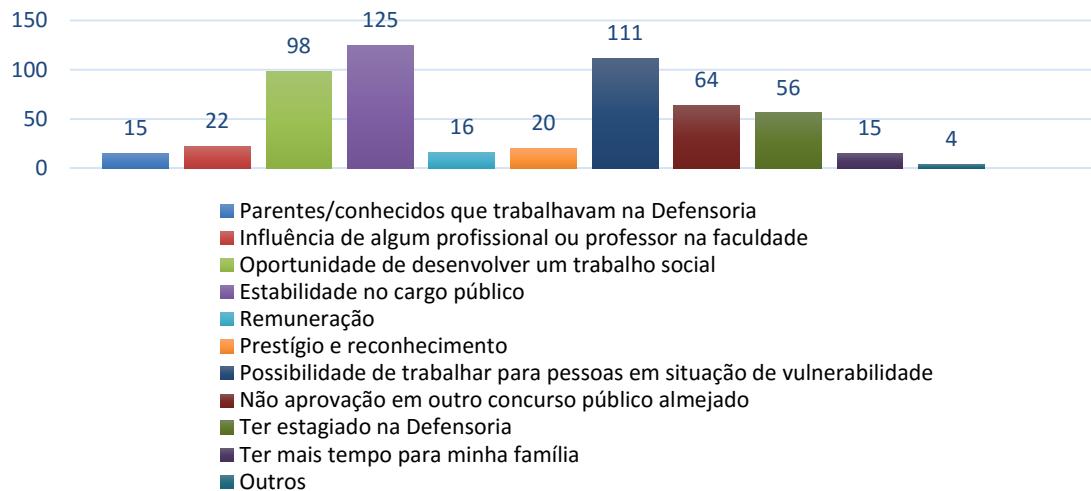
**Comentários sobre condições físicas,
instrumentos e equipamentos disponíveis no local
de trabalho**



Quanto a pergunta “Quais fatores influenciaram na sua decisão de ingressar/trabalhar na Defensoria?”, os fatores mais indicados foi estabilidade no serviço público (125 indicações); possibilidade de trabalhar para pessoas em situação de vulnerabilidade (111 indicações); oportunidade de desenvolver um trabalho social (98 indicações).

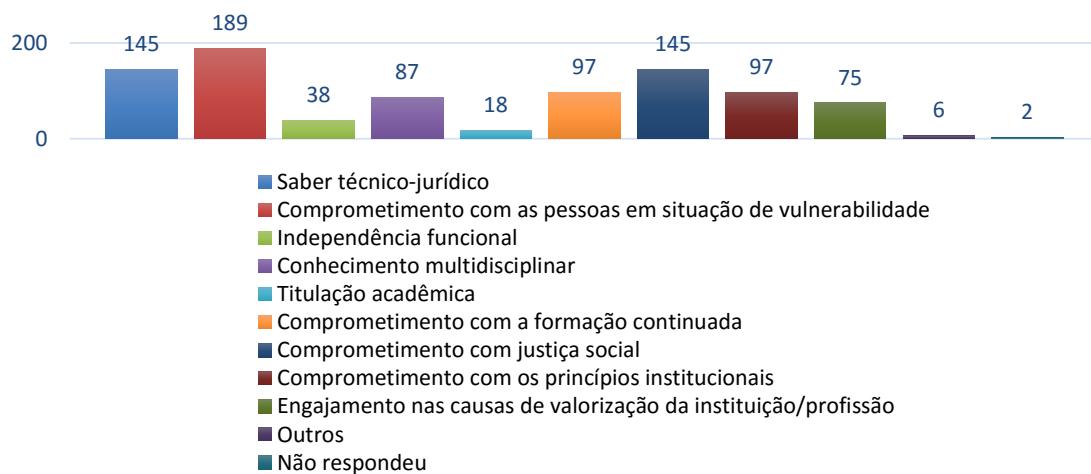


Quais fatores influenciaram na sua decisão de ingressar/trabalhar na Defensoria?



As características essenciais de uma servidora da Defensoria Pública que mais apareceram foram: comprometimento com as pessoas em situação de vulnerabilidade (189 indicações); saber técnico-jurídico (145 indicações) e comprometimento com justiça social (145 indicações).

Em sua opinião, quais são as características essenciais de uma servidora da Defensoria Pública?

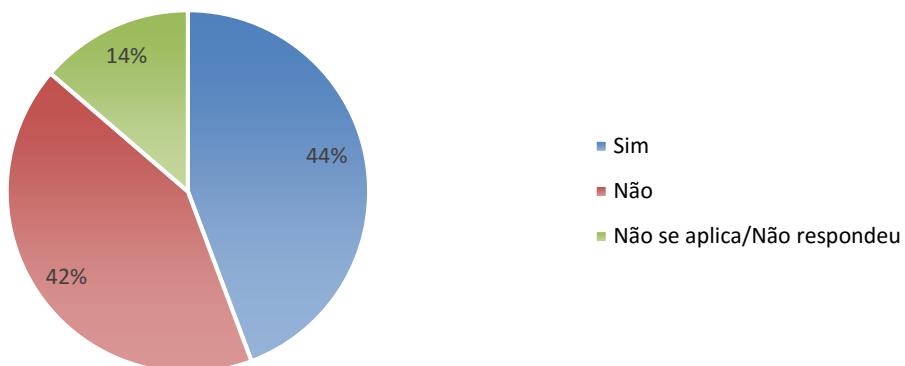




DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

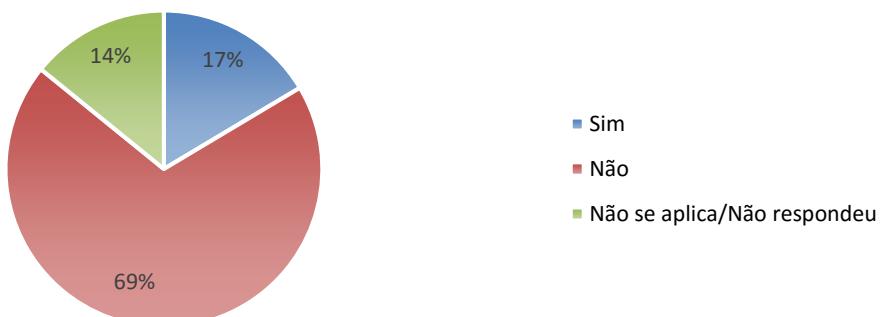
Considerando os casos com resposta, 51% das servidoras disseram já ter vivenciado alguma reação negativa por parte dos assistidos pelo fato de ser mulher e 20% por parte dos outros profissionais do sistema de justiça. Os profissionais mais indicados são os membros da Magistratura (18 ocorrências) e a Polícia (18 ocorrências). Uma servidora respondeu não para a segunda pergunta (No exercício da profissão, você já vivenciou alguma reação negativa por parte de outros profissionais do sistema de justiça pelo fato de ser mulher?), mas indicou a instituição e sua resposta foi contabilizada como sim. O mesmo ocorreu com uma resposta em branco.

No exercício da profissão, você já vivenciou alguma reação negativa por parte dos assistidos pelo fato de ser mulher?

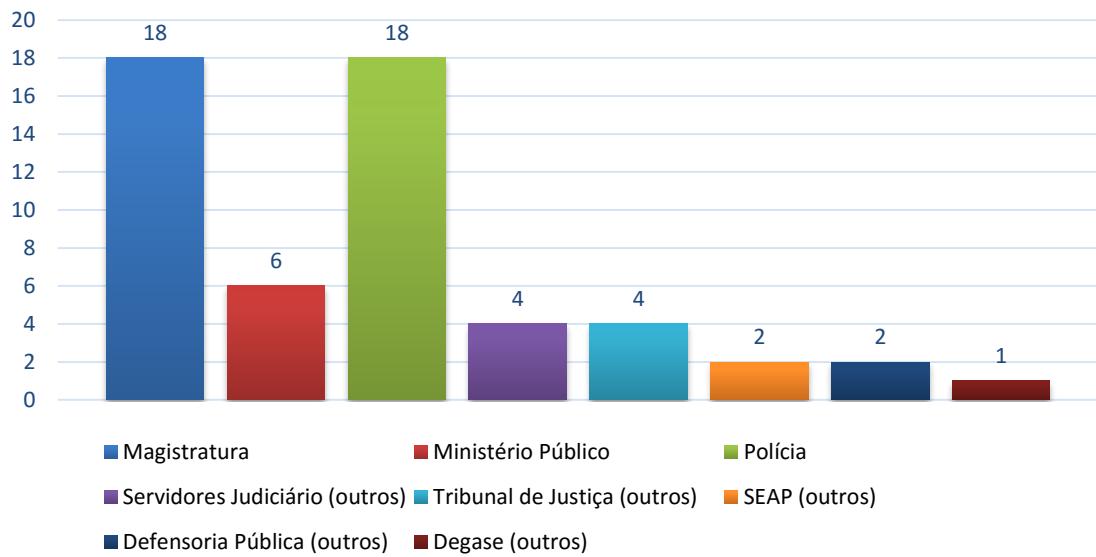




No exercício da profissão, você já vivenciou alguma reação negativa por parte de outros profissionais do sistema de justiça pelo fato de ser mulher?



Se sim, de qual instituição?



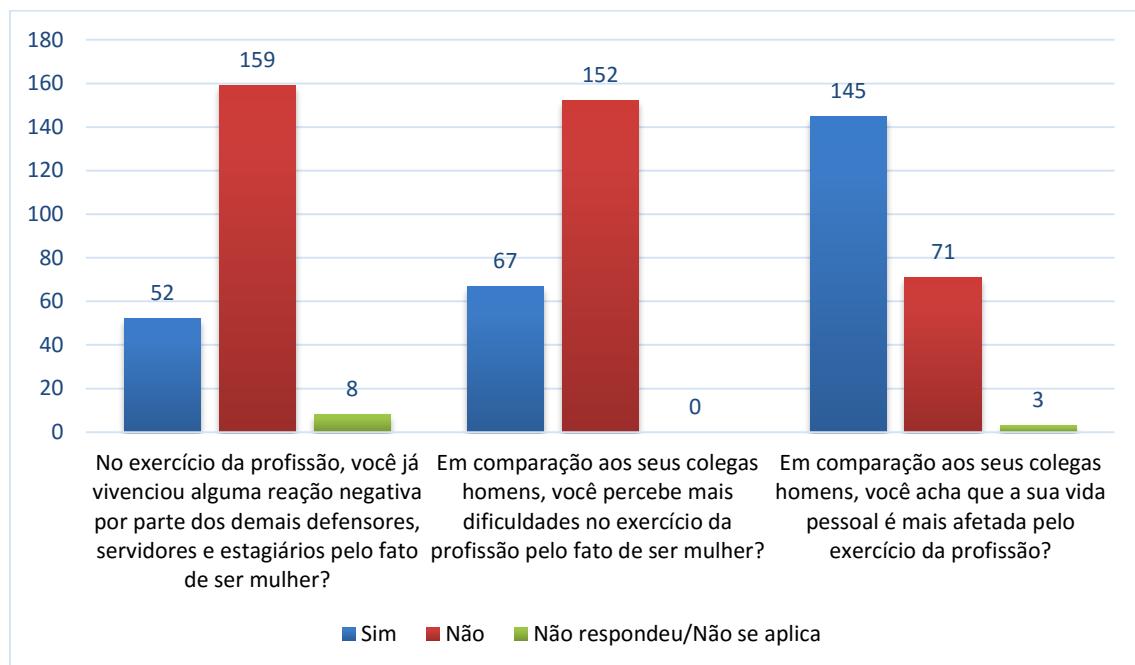
72% das servidoras não vivenciou alguma reação negativa por parte dos demais defensores, servidores e estagiários da Defensoria pelo fato de ser mulher. 69% afirmou não perceber mais dificuldades no exercício da profissão pelo fato de ser mulher. 66%



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

acha que a sua vida pessoal é mais afetada pelo exercício da profissão do que a de seus colegas homens.

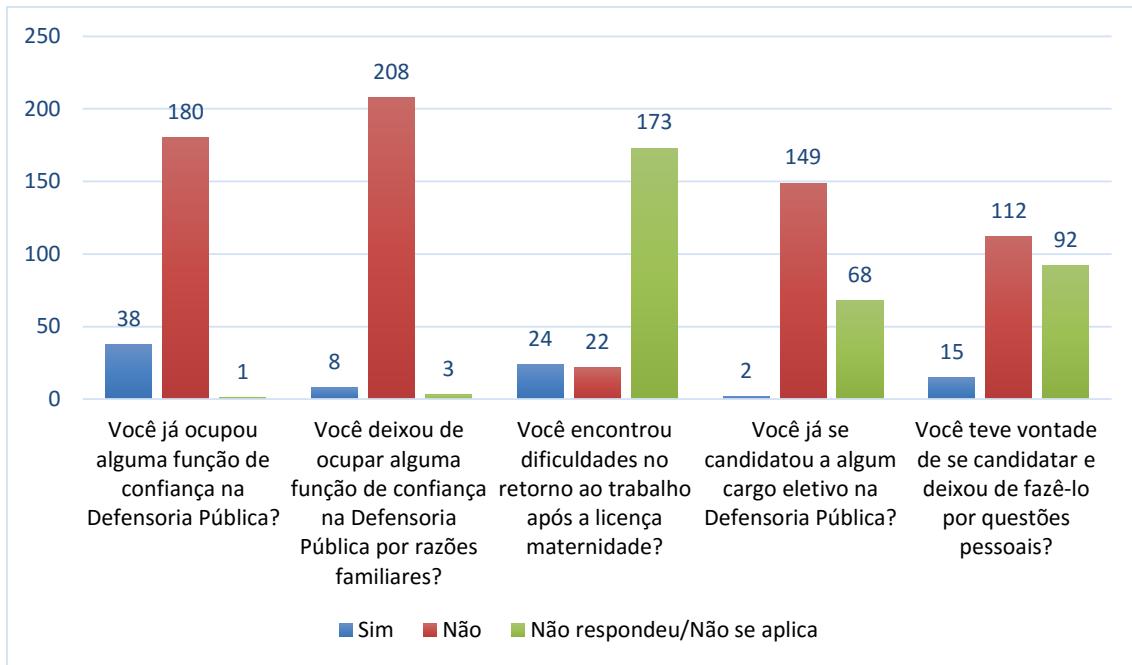


18% das servidoras já ocupou alguma função de confiança na Defensoria Pública. 6% já deixou de ocupar uma função de confiança por razões familiares. 52% dos casos com resposta afirmou ter encontrado dificuldades no retorno ao trabalho após a licença maternidade (79% responderam “não se aplica” ou não responderam). 1,3% dos casos com resposta já se candidatou a algum cargo eletivo na Defensoria Pública (31% responderam “não se aplica” ou não responderam) e 11,8% dos casos com resposta teve vontade de se candidatar, mas deixou de fazê-lo por questões pessoais (42% responderam “não se aplica” ou não responderam).



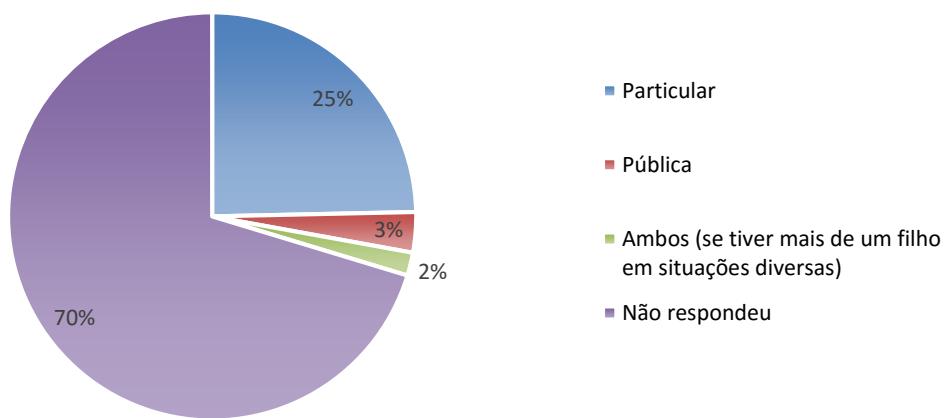
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA



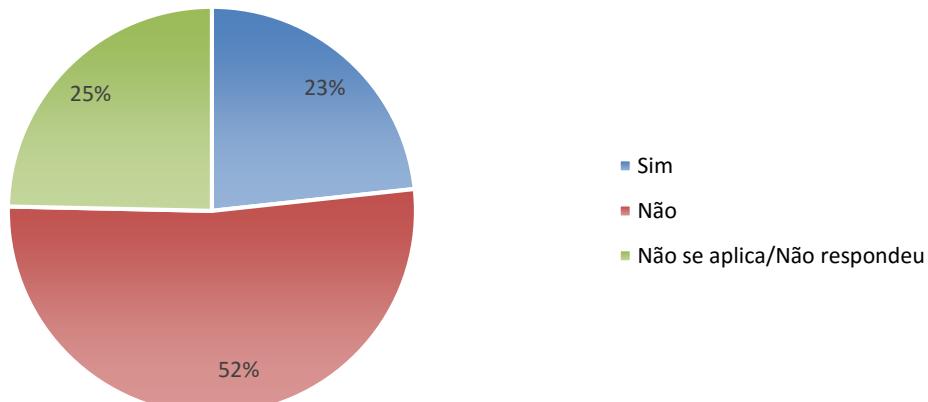
A maioria das servidoras tem filhos na escola particular (83% dos casos com resposta). Dos casos com resposta, 30% disse não ser a única responsável pelas tarefas domésticas e/ou cuidados com filho(a)s e 67% disse não ser a única responsável pelo cuidado de outros membros da família, além de filho(a)s.

Se você tem filho(a)s, eles frequentam escola/creche:





Você é a única responsável pelas tarefas domésticas e/ou cuidados com filho(a)s?

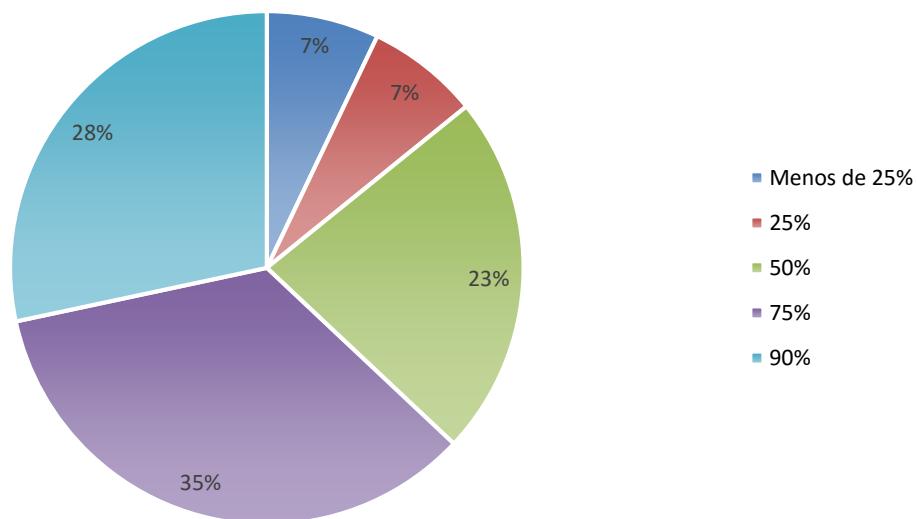


Das 54 mulheres que responderam “não se aplica” a pergunta anterior, nove indicaram a porcentagem que corresponde a sua parte nessas tarefas/cuidados. Das 51 mulheres que responderam serem as únicas responsáveis, 14 indicaram a porcentagem que corresponde a sua parte nessas tarefas/cuidados. 10 mulheres responderam não e

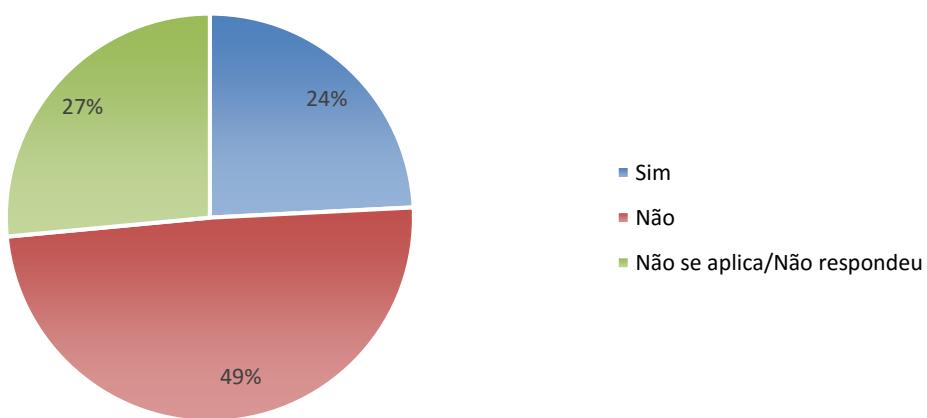


não indicaram a porcentagem que corresponde a sua parte nessas tarefas/cuidados.

Se você não é a única responsável pelas tarefas domésticas e/ou cuidados com os filho(a)s, qual porcentagem, em média, corresponde a sua parte nessas tarefas/cuidados?



Você é a única responsável pelo cuidado de outros membros da família, além de filho(a)s?

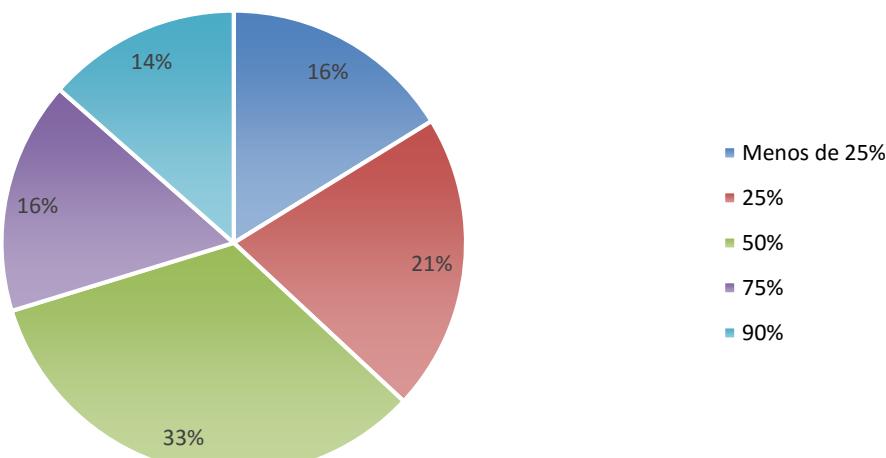




DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Das 53 mulheres que afirmaram serem a única responsável pelo cuidado de outros membros da família, além de filho(a)s, 21 indicaram qual porcentagem corresponde a sua parte nesse cuidado. Das 58 mulheres que responderam “não se aplica” ou não responderam, nove indicaram qual porcentagem corresponde a sua parte nesse cuidado. Das 108 mulheres que responderam não, 27 não indicaram qual porcentagem corresponde a sua parte nesse cuidado.

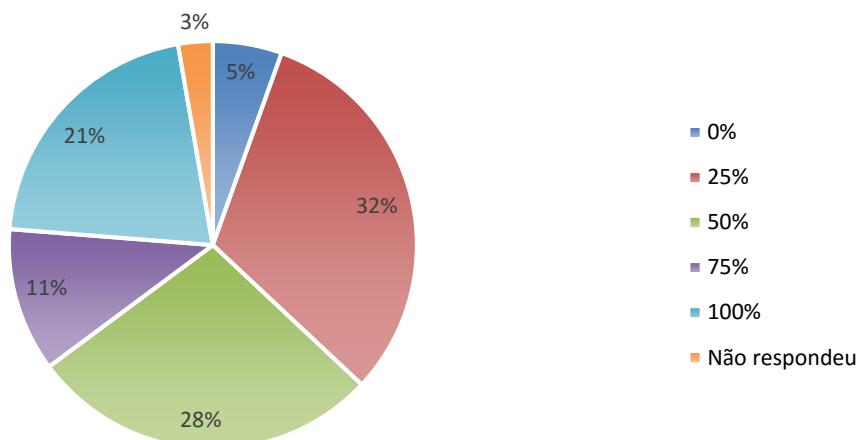
Se você não é a única responsável pelo cuidado de outros membros da família, qual porcentagem, em média, corresponde a sua parte nesse cuidado?





A maioria das servidoras contribui financeiramente de 25 a 50% para a renda da família (60%).

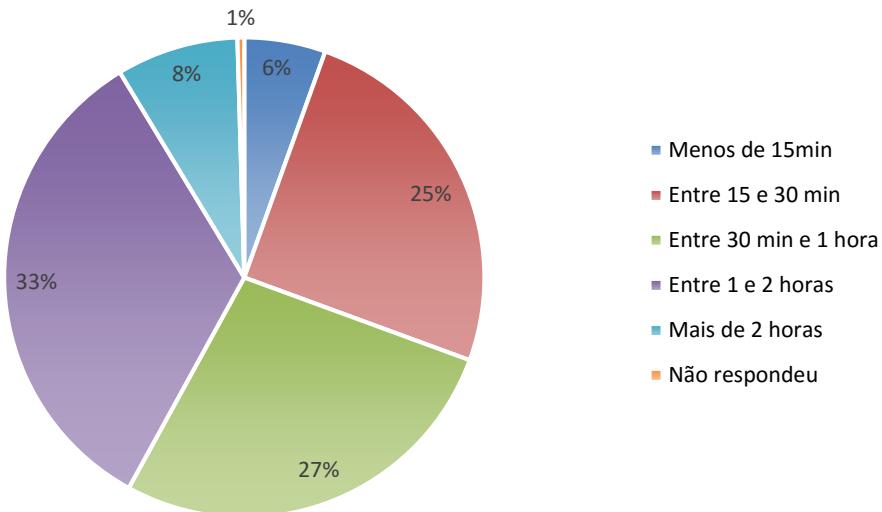
Em média, qual a sua contribuição financeira na família?



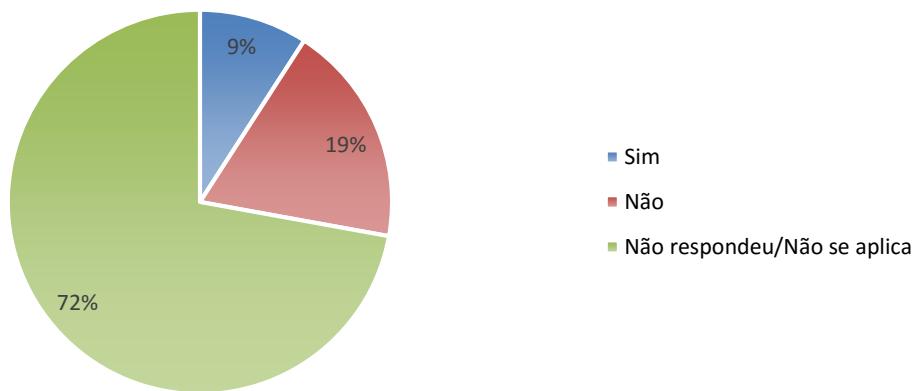
A maioria das servidoras demora entre 30 minutos e 2 horas para fazer o trajeto casa/trabalho (60%), sendo entre e 1 e 2 horas o tempo mais frequente (33%). Em 32% dos casos com resposta, a servidora é a única responsável por levar e/ou buscar seus filhos na escola.



Em média, quanto tempo você demora pra fazer o trajeto casa/trabalho?



Você é a única responsável por levar e/ou buscar seus filho(a)s na escola?



Ao final da pesquisa, havia a oportunidade de fazer algum comentário sobre o tema. 60 servidoras fizeram comentários. A maioria é sobre a falta de plano de cargos e salários, auxílio creche e plano de saúde. Muitas servidoras indicam que essas questões a impedem de ter filhos, somadas a falta de flexibilidade de cumprimento da carga horária e de abono para consulta médica.